

A DEMOCRACIA ELETRÔNICA

GEOFFREY S. AIKENS

PRIMEIRA PARTE HISTÓRICO

CONSTANT NA LIBERDADE ANTIGA E NA MODERNA

Em 1819, o francês Benjamin Constant fez um discurso no Athenée Royal em Paris. O discurso sobre “A Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos” fornece um quadro amplo para começar a refletir sobre a democracia americana e a comunicação mediada pelo computador, ou o que se tem chamado, de modo geral, de democracia eletrônica. O discurso trata de como os conceitos de liberdade se transformaram desde o tempo da *polis* ateniense até 1819, após um período de sublevação revolucionária nos Estados Unidos e na França. No mundo antigo, os homens definiam a liberdade em termos de sua participação positiva nos assuntos governamentais. No mundo moderno, os homens definem a liberdade em termos da autonomia de que dispõem para garantir seus interesses em suas vidas privadas. Constant escreve que, “no tipo de liberdade de que

O Dr. G. Scott Aikens é Ph.D. pela Universidade Cambridge (U.K.), 1997, com a tese “American Democracy and Computer-Mediated Communication: A Case Study in Minnesota”; a quem agradecemos a presente publicação. Cf. www.aikens.org/phd

dispomos, quanto mais o exercício dos direitos políticos nos deixar tempo para tratar de nossos interesses particulares, tanto mais a liberdade será preciosa para nós” (Constant, 1988: 325).

A liberdade moderna entendida como ausência de interferência, garantida de modo mais completo por meio do exercício dos direitos políticos, envolve determinados riscos. O governo, na moderna nação-estado, é cada vez mais complexo. Em decorrência, está se tornando mais difícil para o cidadão manter-se a par dos assuntos de governo, o que é necessário para o adequado exercício dos direitos políticos. Além do mais, a ênfase sobre os assuntos privados na vasta nação-estado torna inevitável que os indivíduos fiquem absorvidos por suas preocupações particulares, minando ainda mais o conhecimento que têm dos assuntos de governo. O risco que corre a moderna liberdade na complexa nação-estado é, pois, o de que os indivíduos isoladamente cessem o exercício de seus direitos políticos e a participação no poder político. Em assim o fazendo, os indivíduos solaparão a liberdade. Afinal, tanto a liberdade antiga quanto a moderna são funções ligadas e extensivas ao exercício dos direitos políticos e à participação no poder político – o que em alguns casos é chamado de soberania popular.

A solução para este problema é o desenvolvimento de instituições que equilibrem a liberdade moderna, representada pela ausência de interferência, com algo parecido com a liberdade antiga, que é a participação ativa. Constant escreve que “as instituições devem buscar a educação moral dos cidadãos. Ao respeitar seus direitos individuais, assegurar sua independência, abster-se de perturbar o seu trabalho, devem, não obstante, devotar-se aos negócios públicos, convocá-los a contribuir com seus votos para o exercício do poder, conceder-lhes o direito de controle e supervisão pela manifestação de suas opiniões; e, ao educá-los, através da prática, para estas elevadas funções, dar-lhes tanto o desejo quanto o direito de se desincumbirem das mesmas” (Constant, 1988: 328).

Constant foi um dos primeiros a focalizar sua atenção nas instituições que serviriam a um amplo espectro de necessidades para melhor garantir a liberdade. O problema identificado por ele não foi resolvido com sucesso até o presente. De fato, até o momento tem havido contínuos apelos para a criação de uma série de instituições que criem um equilíbrio entre a antiga e a moderna liberdade, ou aquilo que Isaiah Berlin denominava, de modo similar, liberdade positiva e liberdade negativa (Berlin, 1992).

Efetivamente, muitas estruturas têm surgido para apoiar, dentre outros “bens”, os conceitos de liberdade delineados por Constant. Nos Estados Unidos, foco do presente estudo, a constelação de estruturas e de conceitos apoiados por redes de outras estruturas, tais como eleições democráticas, julgamento com júri, atuação do Executivo e do Legislativo, ação do Judiciário baseada na interpretação da Constituição, liberdade de expressão, liberdade de imprensa e liberdade de reunião, são aspectos do que passou a ser considerado processo democrático. Em lugar de focar os “bens” teóricos como liberdade e igualdade, supostamente patrocinados pelo que agora chamamos de processo democrático, ou de focar a gama de instituições que o integram, focalizarei o desenvolvimento das instituições em um domínio limitado do processo. Especificamente, no dizer de Constant, abordarei as instituições que devem “conceder (ao conjunto dos cidadãos) direito de controle e de supervisão pela manifestação de suas opiniões”. Na terminologia moderna, meu interesse está na função dos sistemas de formação de opinião pública dentro do processo democrático. Embora a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e a liberdade de reunião garantam proteção contra a interferência nos sistemas de formação de opinião pública, meu argumento é o de que não existem sistemas de formação de opinião pública que possibilitem positiva participação das pessoas no exercício do poder político. Como Constant explicou, a ênfase na liberdade moderna, com proteção contra interferência, contraposta à liberdade antiga, com participação positiva, é prejudicial a toda liberdade e, portanto, ao projeto de autogoverno democrático.

Urge, e é o que sustento na Primeira Parte, a democratização real dos sistemas de formação de opinião pública. A base desta proposta e alguma orientação sobre como concretizar a democratização dos sistemas de formação de opinião pública repousam na obra do filósofo americano John Dewey, em resposta ao trabalho de Walter Lippmann. Este exame da obra de Dewey contribui para o debate intelectual em andamento, assim como o estudo empírico da Segunda Parte. Busca-se contribuir com uma percepção ou *insight*, na tradição intelectual americana – sobre como a comunicação mediada por computadores poderia e, eu afirmo, deveria, incrementar o processo democrático. Posteriormente, a orientação passa a ser prover informação sobre a teoria democrática de John Dewey, argumentando de modo implícito que os acontecimentos recentes vêm tomando cada vez mais plausível a interpretação de Dewey sobre o processo democrático. Em primeiro lugar, examinarei o pensamento de Lippmann e Dewey em relação aos anos 20, época em que ambos escreveram. Depois examinarei os recentes esforços para reviver tanto a perspectiva de Lippmann, quanto a de Dewey. Finalmente, apresentarei um relato atualizado do pensamento de Dewey em relação à era presente, caracterizada pelo surgimento da tecnologia de comunicações mediada pelo computador. Entretanto, antes de adentrarmos no estudo de Lippmann e Dewey, focalizarei temas de relevância ligados aos primeiros anos da história americana.

Será útil observar, antes de prosseguir, que as discussões sobre a nova tecnologia e a democracia freqüentemente estão associadas a idéias relacionadas com a democracia direta, na qual se espera que o sistema representativo seja substituído pelo governo direto do povo. Não é este o caso. Pelo contrário, o texto a seguir busca, em todos os aspectos, analisar a viabilidade das estruturas no uso da nova tecnologia, a qual, no campo das tradições políticas existentes, contribuirá para o aprofundamento da democracia e para a obtenção de novos dados sobre a natureza da cidadania.

Burke e a Revolução Americana

O peso da opinião pública, poderiam alguns sustentar, foi uma das forças que levaram os colonos americanos a se declararem independentes da tutela britânica. Em consequência, procurou-se institucionalizar a idéia da soberania do povo, como foi formulado, inicialmente, na Declaração da Independência de 1776 por Thomas Jefferson, e depois na constituição federal americana de 1783. A expressão “opinião pública” foi registrada pela primeira vez no Dicionário Oxford, em 1781. Isto seguiu-se à guerra entre os colonos e também à famosa defesa dos revolucionários americanos, feita pelo filósofo inglês Edmund Burke, que, em *On the Affairs of America (Sobre os Assuntos da América)*, deu sua explicação dos motivos de os revolucionários americanos procurarem livrar-se da tutela britânica: “Permitam-me observar que não é apenas ao aspecto odioso da taxação dos impostos que se fará resistência, mas também ao fato de que nenhum outro item do direito de legislar pode ser exercido sem levar em conta a opinião geral dos que serão governados. A opinião geral é o veículo e o órgão da efetiva competência para legislar”. A opinião geral ou opinião pública é, deste modo, causa e efeito da efetiva competência para legislar, ou, do poder para governar. Ela é, portanto, constitutiva da soberania popular. O fato de que as opiniões do cidadão comum têm significado público acarreta consequências efetivas em um Estado no qual a idéia de soberania popular tenha existência. Burke escreve que, “nos países livres, freqüentemente se encontra mais sabedoria e sagacidade genuínas do povo nas lojas e fábricas do que nos gabinetes dos príncipes nos países onde ninguém se atreve a dar uma opinião a menos que seja consultado pelo governante” (Burke, 1949: 106).

Os Fundadores da Pátria Americana

Os fundadores da pátria americana tinham variadas posições sobre o papel da opinião pública e sobre a necessidade de um governo forte e estável numa nação-estado complexa. Thomas Jefferson, o homem por trás da assim chamada “visão jeffersoniana”, que inspirou os políticos

contemporâneos a exaltarem o presumido potencial democrático da revolução das comunicações, demonstrou uma fé quase mística no poder da opinião pública. A deliberação (comunidade local era ponto decisivo na sua visão de um congresso de comunidades agrícolas auto governadas, reunindo-se por todo um vasto território para formar uma nação-estado vibrante. A opinião pública e a deliberação democrática estavam na base da soberania popular. Jefferson, por exemplo, escreveu o seguinte trecho, citado com frequência: “Não sei de nenhum repositório seguro do poder efetivo da sociedade a não ser as próprias pessoas, e se acharmos que elas não são suficientemente esclarecidas para exercerem controle com firme discernimento, o remédio não é retirá-lo delas, mas instruir o seu juízo” (Jefferson, 1984: 493). Mesmo quando Jefferson fazia explanações sobre o poder do povo, salientava a necessidade de “instruir o seu juízo”. Desta maneira, ele demonstrava sua consciência do problema que povo enquanto “massa” representava para a estabilidade de uma única nação-estado. Enquanto mantinha sua visão de u congresso de comunidades autogovernadas, ele também acreditava que era necessário agir para melhorar o potencial delas na superação de dificuldades. Por esta razão, apoiou um extenso programa de obras públicas projetado para unir nação. Nele estava incluída a promoção da instrução pública e a construção de estradas e canais. Escreveu ele: “Novos canais de comunicação serão abertos entre os estados, as linhas de separação desaparecerão; seus interesses serão identificados, e sua união, cimentada por novos indestrutíveis laços” (529). Como certamente pensa Alexander Hamilton, havia mais que simples ingenuidade adesão de Jefferson ao seu ponto de vista de autonomia local. Este é, em especial, o caso, levando-se em conta seu alerta simultâneo para que se enfocasse a construção de uma nação-estado única através da criação de redes nacionais de trabalho. Muito embora permaneça como símbolo político poderoso, a visão jeffersoniana da autonomia local não podia prevalecer em um império comercial em expansão (Trachtenberg, 1965).

Diversas medidas implementadas por sugestão de James Madison foram claramente projetadas para incentivar a deliberação pública para formar uma opinião pública abrangente. Simultaneamente, medidas foram implementadas para garantir o estabelecimento de um governo forte e estável para supervisionar o desenvolvimento de uma complexa nação-estado. Mais realista que Jefferson, Madison postulava uma “república estendida”¹ em contraposição a uma democracia. Uma república estendida viabilizaria a soberania popular numa única nação-estado, em contraposição à democracia, que permite a soberania popular somente em comunidades muito pequenas. Além disso, Madison seguia David Hume ao argumentar que um sistema representativo espalhado por um amplo território criaria uma estrutura de governo estável. O tamanho da nação-estado diminuiria a influência das facções em quaisquer partes isoladas (Adair, 1956-7; Hume, 1985). Madison também apresentou razões para a criação de um sistema de “filtragem” no qual as eleições livres em nível local permitiriam ao público em geral desempenhar sua função democrática ao eleger a primeira camada de representantes. Um sistema de gradação cada vez mais refinada, tal como o de eleições abrangendo um território mais extenso e, depois, o estabelecimento de colégios eleitorais assegurariam que os legisladores nacionais de maior importância fossem homens de alta envergadura. Estes homens, pensava Madison, colocariam o interesse público acima do seu ganho pessoal (Fishkin, 1996; Harrison, 1993; Sunstein, 1993). Finalmente, para os nossos objetivos, Madison enfim escreveu a Primeira Emenda do *Bill of Rights* (*Carta de Direitos*): “O Congresso não fará lei...restringindo a liberdade de expressão, ou de imprensa, ou o direito de as pessoas se reunirem pacificamente...” (Madison et al, 1988). Madison pediu que se institíssem as eleições diretas, o sistema representativo e a proibição da interferência com determinadas liberdades julgadas essenciais para a formação da opinião pública. O ponto crítico a ser observado, contudo, é o de ele ter se descuidado da construção de estruturas institucionais para assegurar oportunidade de participação aos cidadãos em geral no sistema de formação

¹ Nota do Tradutor: No original, Town Hall diz respeito a um Conselho de Cidadãos ou a uma Assembléia, existente desde a Independência do EUA.

de opinião pública. Talvez, levado pela forte opinião do público, Madison também manteve a fé na natureza democrática do processo pelo qual os cidadãos formariam suas opiniões com base nas quais votariam em seus representantes.

O século XIX

No decorrer do século XIX, à medida que os sistemas de transporte e de comunicações interligavam o país mais estreitamente, a deliberação local viria a perder sua importância na formação da opinião pública. Devido ao uso da eletricidade, a mídia nacional ganharia em importância. Nos primeiros anos do século XIX, no entanto, a deliberação local era comum e importante. Depois de suas viagens pelos Estados Unidos para observar a democracia americana, em 1831 e 1832, outro francês, Alexis de Tocqueville, sustentava que a oportunidade para deliberação na comunidade local sobre o bem-estar desta era a garantia mais eficaz de estabilidade e bem-estar da nova nação-estado. Escreveu ele: “Aqueles que temem os excessos da multidão e os que receiam o poder absoluto deveriam igualmente desejar o desenvolvimento gradual das liberdades provinciais” (Tocqueville, 1990:95). O Conselho de Cidadãos I ou o plenário da Nova Inglaterra é a estrutura institucional que coroou a importância da deliberação democrática nos primeiros anos do país. Como um corpo deliberativo quase formal em nível local, a sala de reuniões era a variação americana distinta do que era o salão francês ou a casa de chá inglesa. Cada uma delas era o foro para um público afeito ao debate crítico, formando e expressando uma variedade de pontos de vista sobre decisões tomadas pelos governantes. Como escreveu Tocqueville, “as salas de reunião são para a liberdade o que as escolas primárias são para a ciência; trazem-na para o alcance das pessoas, ensinam aos homens como usá-la e desfrutá-la” (61). Infelizmente não existia, para os fóruns deliberativos, proteção constitucional contra os efeitos das tecnologias e estruturas institucionais em mudança, como a da imprensa (Habermas, 1989).

Um padrão de mudança que teve influência determinante sobre os sistemas de formação de opinião pública foi o da

concentração crescente do controle no campo das redes elétricas e do telégrafo. A capacidade de enviar mensagens por fios a qualquer lugar pode ser proveitosa de acordo com a intenção de Jefferson de criar uma comunidade espalhada sobre uma vasta base para cimentar a união. Em 1853, Donald Mann, democrata e editor da revista *American Telegraph Magazine*, estabeleceu esta relação ao escrever que “quase toda nossa população, numerosa e espalhada, está estreitamente unida, não meramente por instituições políticas, mas também por uma afinidade telegráfica e instantânea de inteligência e simpatia. o que nos transforma, decididamente, em ‘um só povo’ por toda a parte” (Czitrom, 1982: 12). Aqueles que possuem uma visão democrática dos benefícios de uma vontade comum unitária devem ter enxergado a nova tecnologia com esperança. Foi também um imenso avanço para a crescente indústria de notícias. O crescimento de 235 jornais em 1800 para 160 mil em 1899 deu-se largamente em razão do sistema de distribuição posto em andamento pelo envio de reportagens da *Associated Press* por fio, através do monopólio do telégrafo, representado pela *Western Union*. Como ficou confirmado numa investigação do Senado norte-americano, feita em 1874, sobre os negócios da aliança entre a *Western Union* e a *Associated Press*, a nova tecnologia teve um efeito imenso sobre o frágil e desprotegido sistema de formação de opinião pública, cujo ápice era representado pela sala de reuniões políticas da cidade. No relatório da investigação do Senado, escreveu-se que “o poder do telégrafo, aumentando contínua e rapidamente, só pode ser avaliado minimamente. É o meio de se influenciar a opinião pública através da imprensa, de atuar sobre os mercados do país e de afetar seriamente os interesses do povo” (26). A comparação das palavras de Tocqueville e do presidente da *Western Union*, William Orton, bem ilustra a natureza da mudança a partir do começo até a última parte do século. Em 1832, Tocqueville observou que “o poder da imprensa escrita só é superado pelo poder do povo” (188). Quase 40 anos depois, poder-se-ia dizer que o poder relativo da imprensa e do povo trocou de lugar com o crescente poder do telégrafo. Em 1870, William Orton disse

a uma comissão especial do Senado que investigava as praxes monopolísticas da *Western Union*: “O mero fato da existência de monopólio não prova nada. A única questão a ser considerada é se os que controlam os seus negócios os administram adequadamente e no interesse, em primeiro lugar, dos donos da empresa e, em segundo, do público” (Czitrom, 1982: 27).

O Enfoque de Lippmann

Walter Lippmann, trabalhando em propaganda para os Estados Unidos durante a Primeira Guerra Mundial, ficou preocupado com o poder da nova mídia para manipular a opinião pública e ganhar influência nos assuntos de Estado. No seu livro extremamente influente de 1922, *Public Opinion*, Lippmann propõe-se a esclarecer o papel tradicionalmente vago dos sistemas de formação de opinião pública no processo político. Em assim o fazendo, Lippmann tenta reconceituar a natureza do processo político no qual os sistemas de formação de opinião pública estão inseridos. Para Lippmann, o maior problema para a teoria democrática é como superar a fé ingênua numa doutrina de soberania popular mantida pelos democratas tradicionais. A razão de isso ser um problema é que o público, na época de Lippmann, continua a aderir às idéias democráticas, num mundo em que estas são irrealizáveis. Como escreve Lippmann: “O ideal democrático, como Jefferson o concebeu...tomou-se um evangelho político e originou os estereótipos pelos quais os americanos de todas as tendências partidárias têm enxergado a política” (Lippmann, 1960: 270). Além disso, a visão jeffersoniana foi sempre inadequada para as necessidades de uma nação-estado comercial, vasta e tecnologicamente avançada. O democrata tradicional tomou como dogma de fé que o cidadão estaria informado adequadamente. É como se fosse uma afronta às idéias democráticas solucionar a questão de como o cidadão poderia tomar-se informado. De maneira admirável, Lippmann investigou a falácia na idéia corrente de que os homens estão naturalmente bem informados o bastante para possuírem um julgamento político firme em questões concernentes à nação-

estado. A fim de desempenhar com sucesso sua função democrática, um cidadão deveria, de fato, ter uma compreensão excepcional dos assuntos locais, nacionais e internacionais. Em outras palavras, deveria ser um cidadão “onipotente”. Na realidade, as pessoas constroem para si mesmas uma noção do mundo baseada em “ficções”, “símbolos”, “fragmentos” e “estereótipos”, ou seja, “retratos em suas mentes”, expressão usada por Lippmann para dar título ao capítulo de apresentação de seu livro. Conclui dizendo que “não sendo onipresentes nem oniscientes, não podemos enxergar muito do que há para pensar e discutir a respeito” (161). Sua conclusão de que os cidadãos são mal-informados sobre os assuntos do Estado conduz Lippmann a reconceituar a base do processo político.

Lippmann trata da questão do consenso ao investigar a brecha existente entre as idéias democráticas e a realidade política. Escreve ele: “Como, na linguagem da teoria democrática, pode um grande número de pessoas, que se sentem cada uma de um modo particular a respeito de um retrato mental, desenvolver qualquer tipo de vontade comum?” (193). Ao mencionar o tópico “vontade comum”, Lippmann sugere que é necessário haver uma “Superalma”, que é a cristalização dos desejos de toda a nação, no sentido de que haja um grupo de cidadãos informados e participativos atuando em conjunto para criar a legislação e o próprio governo. Em outras palavras, é a cristalização de uma ficção. Lippmann usa esta noção de Superalma para caricaturar a crença, sustentada pelos democratas tradicionais, numa vontade geral. A título de comparação, ele aponta o fato de que os seres humanos devem construir o consenso dos governados. Escreve ele: “a Superalma, entendida como o gênio que preside ao comportamento empresarial, é um mistério supérfluo se fixarmos nossa atenção sobre a máquina” (229). Ao invés de confiar numa Superalma mística, o analista atento à realidade se concentraria nas estruturas por meio das quais são moldadas as opiniões. Como estas são compostas de “ficções”, “símbolos”, “fragmentos” e “estereótipos”, é significativo entender a maneira pela qual ficções, símbolos, fragmentos e

estereótipos envolvem os cidadãos, subsidiando de informações os seus retratos mentais. Ao se concentrar sobre a maquinaria real por meio da qual se construirá uma vontade comum não existente, Lippmann revela sua hipótese de que as idéias democráticas são uma impossibilidade. Uma minoria sempre dominará. Escreve ele: “A teoria idílica da democracia não é realizada em parte alguma... Existe um círculo interno, cercado por círculos concêntricos que se apagam gradualmente em meio aos indiferentes ou desinteressados” (228). Libertado das idéias democráticas, Lippmann pode focalizar uma melhor compreensão da perfeição deste processo. Isto resultará em conhecimento sólido que terá uma influência determinante sobre a civilização. Lippmann afirma que, “não importa como se origina o poder, o interesse crucial está em como ele é exercido. O que determina a qualidade da civilização é o uso feito do poder” (312).

Baseado em sua teoria que sugere a inevitabilidade da dominação da minoria, Lippmann propõe que o processo político exige que se substitua a devoção a idéias democráticas por uma devoção a um alto padrão de vida. Os homens não aspiram ao autogoverno só por causa dele, mas, ao contrário, por seus resultados, que podem ser definidos em termos de dignidade humana, como os democratas tradicionais estão capacitados a fazer. Entretanto, com tal dignidade dada ao cidadão médio e às “opiniões que os homens possam ter”, seria impossível o controle, e confusão seria o resultado. Por outro lado, ao se definirem resultados como “um padrão de vida no qual as capacidades do homem são exercitadas adequadamente”, todo o problema da organização política muda de figura. Com a ênfase em se obter “um mínimo de saúde, moradia, educação, liberdade, prazer, atendimento às necessidades materiais, etc.”, os “critérios podem se tornar exatos e objetivos, o que, inevitavelmente, faz parte da preocupação de poucas pessoas, comparativamente” (314).

A força impulsionadora por trás desse tipo de mudança é a profunda ligação de setores-chave com o ideal americano de sucesso. Uma doutrina simplista de progresso mecânico que propugna o desejo “do maior, do mais rápido, do mais alto,

do menor – se você é um fabricante de relógios de pulso ou microscópios –; o amor, em resumo, pelo superlativo e pelo ímpar...” simboliza muito habilmente este ideal. Lippmann acredita plenamente nas virtudes do ideal de sucesso e de progresso mecânico (109) e defende a construção de um sistema privado de formação de opinião pública, a fim de perpetuar esse ideal. Particularmente relevante é a existência de um padrão de vida cada vez melhor – o sonho americano. Este sistema seria decisivo para assegurar a vitalidade contínua de uma determinada interpretação da realidade. O poder político reside, assim, na construção da máquina. Escreve Lippmann: “... o padrão tem sido o de um sucesso quase tão perfeito na seqüência de ideais, práticas e resultados, que todo desafio a ele é rotulado como “contrário ao espírito americano” (110).

Três elementos interrelacionados e vitais para o sistema de formação de opinião pública proposto por Lippmann são, portanto, a subordinação da comunicação política à economia de *mass media* (dos meios de comunicação de massa), a criação de uma cultura da “objetividade” na profissão jornalística e a construção de um sistema de “inteligência organizada” nos círculos administrativos da elite. Em primeiro lugar, talvez seja este o ponto central, o de que a mídia política funcione como uma esfera acoplada à mídia de massa, de um modo geral. A idéia de uma organização de comunicação de massa é a de operar um negócio lucrativo. Isto cria uma tensão, dentro da organização, entre a motivação genérica da maximização do lucro e o papel especial da mídia noticiosa de informar o público sobre assuntos concernentes ao governo democrático. Como Lippmann afirma: “Esperamos que o jornal nos forneça a verdade, sem se importar com o quão não lucrativa possa ela ser” (321). O fato de a organização de mídia vender espaço de publicidade em seu produto para a esfera privada força o editor do produto da mídia a ser perceptivo quanto aos interesses e às opiniões dos anunciantes atuais e potenciais bem como dos consumidores. Devem prestar atenção aos anunciantes porque eles, com freqüência, são

consumidores e, além disso, financiam o produto da mídia. Devem prestar atenção aos consumidores para garantirem sua circulação e/ou audiência para atraírem anunciantes. Ao submeter a construção da mídia política a estas pressões, Lippmann delinea uma espécie de sistema de “contabilidade”. O peso da opinião no seio de uma comunidade de cidadãos respeitáveis e homens de negócios que compram o produto da mídia refreia o potencial de tomada de decisão do editor de notícias, ao atuar como um intermediário entre o público e o governo. E, o que é mais importante, a comunidade dos respeitáveis homens de negócio que financiam o produto da mídia também refreia o posicionamento editorial.

Em segundo lugar, Lippmann formulou a importância da “objetividade” no processo da fabricação de notícias. No seu entender, um acontecimento torna-se notícia quando pode ser “arranjado, descrito, medido, identificado”. Uma briga, por exemplo, se transforma em notícia quando há uma prisão, ou uma queixa levada ao tribunal. Um “assunto perigoso”, como uma greve, para darmos um exemplo de Lippmann, torna-se notícia somente quando existe registro confirmado de alguma ação em uma determinada instituição, ou quando ocorre um evento que perturba as atividades cotidianas do cidadão. Assim, no caso da greve, a notícia é “o fato indiscutível e o interesse imediato... a própria greve e o desconforto do leitor”. Uma das diversas razões apresentadas para estabelecer padrões de objetividade é o desejo do editor de ter um *modus operandi* profissional, com as regras do jogo. A equipe disporá, então, de linhas gerais para ajudá-la a evitar ofender, confundir ou alienar o leitor leal e/ou o anunciante, com matérias fora do convencional, expostas de maneira insuficiente ou obscura. Mais uma vez é posto em funcionamento outro sistema de contabilidade.

Finalmente, para Lippmann, a chave para a construção de opinião pública sólida é a criação de uma “inteligência organizada”, através de uma agência de inteligência localizada estrategicamente e composta por cientistas, cientistas sociais e administradores profissionais. Quanto maior a capacidade

dessas instituições para organizar informação, do mesmo modo que o fazem a polícia, os tribunais e o Poder Legislativo, mais provavelmente o serviço jornalístico objetivo ganhará precisão em suas notícias e a opinião pública será adequadamente informada para que o processo político funcione tranqüilamente. A imprensa, portanto, é meramente “uma lanterna que se movimenta incansavelmente por todos os lados, trazendo um episódio e depois outro para fora da escuridão, para a luz” (364). Talvez o eixo central de sustentação do poder esteja corporificado na elite política altamente racional que investiu tempo e energia na compreensão do funcionamento complexo da moderna nação-estado – os indivíduos nas várias instituições que organizam a informação. Lippmann escreve que “somente ao insistir que os problemas não lhe sejam levados antes que tenham passado por um processo, pode o ocupado cidadão de um Estado moderno ter esperanças de lidar com eles de uma forma inteligível” (402).

O Enfoque de Dewey

Dewey a respeito de Lippmann

Em 1927, Dewey publicou *The Public and Its Problems* (*O Público e Seus Problemas*), que pode ser lido como uma refutação da tese de Lippmann. No próprio livro, Dewey ressalta sua dívida para com Lippmann, embora as conclusões de ambos diverjam nitidamente.

Dewey manifestou uma grande admiração pelo *Public Opinion* (*Opinião Pública*) de Lippmann, ao escrever que não é mais possível enxergar a democracia da mesma maneira após ter assimilado o poder da obra de Lippmann. Expressando esta admiração, Dewey aceita a maior parte da análise de Lippmann. Por exemplo, Dewey concorda que a era da máquina, simbolizada por vapor, cabo, telefone, rádio, ferrovias, impressão barata e produção em massa, está também profundamente marcada por aquilo que o presidente Woodrow Wilson denominou “nova era das relações humanas”. Homens e mulheres estão intimamente ligados por eventos distantes

através da rapidez na comunicação da informação e no transporte de bens materiais. Uma consequência básica da era da máquina e da nova era das relações humanas é o significado de eventos além do alcance das pessoas que vivem em pequenas comunidades espalhadas por toda a vasta nação-estado. A extrema dependência dessas pessoas no que se refere aos negócios da nação é responsável pela fragmentação e deterioração do significado da comunidade local na vida diária do indivíduo. Como afirma Dewey: “A era da máquina, ao desenvolver a Grande Sociedade, invadiu e desintegrou parcialmente as pequenas comunidades dos tempos passados...” (Dewey, 1927: 127). Dewey concorda com Lippmann: um congresso de pequenas comunidades autônomas era a base sobre a qual se supunha que idéias democráticas como a da soberania popular funcionassem, de acordo com os democratas tradicionais. Uma vez que a era da máquina e a nova era das relações humanas transformaram esse ambiente num anacronismo, o tempo e os acontecimentos tomaram o ideal democrático de soberania popular impraticável e inoperante na vasta e complexa nação-estado que se desenvolveu.

O principal ponto de divergência entre Lippmann e Dewey está precisamente no significado das idéias democráticas. Lippmann rejeita todo acatamento às idéias democráticas após sugerir que a dominação da minoria é inevitável. Ele então formula teorias sobre a maneira como o processo político pode funcionar apesar da incapacidade dos cidadãos de governarem a si mesmos. Dewey argumenta que, ao fazer isto, Lippmann compromete a democracia como um todo. A democracia ocupa um lugar central na filosofia de Dewey e, especialmente, em sua concepção de vida associativa. A tarefa de Dewey é, portanto, a de defender as idéias democráticas em contraste com a poderosa rejeição de Lippmann. Desta maneira, Dewey interpreta a teoria política antidemocrática de Lippmann e sua própria teoria política democrática como dois conjuntos de idéias concorrendo pela supremacia numa era em que o impacto da tecnologia sobre a interação humana desatrelou o desenvolvimento futuro do processo político das tradições previamente

enraizadas. Ao falar dos anos 20, uma era de revolução e transformação, Dewey admite incerteza quanto a que conjunto de idéias terá influência determinante sobre o desenvolvimento dos processos políticos. Do lado positivo, afirma que a literatura da democracia, o conjunto de ideais que ele procura sustentar, “mantém seu encanto e prestígio sentimentais” e “ainda instigam o pensamento e inspiram lealdade”. Do lado negativo, dados os padrões de desenvolvimento do telégrafo e do rádio, conclui: “... aqueles que têm instrumentos eficazes à sua disposição têm a vantagem”.

Dewey concorda com a afirmação pragmática de Lippmann de que os democratas tradicionais concentraram erradamente suas atenções nas origens do poder derivado da vontade comunitária e não nos processos pelos quais o consenso público é moldado. Sendo ele mesmo um pragmático, Dewey acompanha Lippmann. Ao avaliarem como o processo político devia ser adaptado para funcionar com sucesso num mundo em mudança, ambos se concentram nos sistemas de formação de opinião pública, especificamente no funcionamento da imprensa e nas organizações responsáveis pela distribuição de informações especializadas. A teoria de Lippmann prende-se ao seu argumento de que nem a imprensa nem qualquer outra instituição compensa o “fracasso das pessoas que se autogovernam ao buscarem transcender sua experiência informal e seus preconceitos através da invenção, criação e organização de uma maquinaria de conhecimento”(365). A imprensa, noutras palavras, é incapaz de sustentar as idéias democráticas da soberania popular. Deve, portanto, ser organizada de modo que o processo político funcione a despeito deste fato. É precisamente este o ponto sobre o qual Dewey focaliza sua análise contrária. Em nível concreto, ele aponta os sistemas de formação de opinião pública como essenciais para a organização do poder. Escreve: “O caminho mais suave para controlar a conduta política é pelo controle da opinião” (182). Dewey continua argumentando que o sistema de formação de opinião pública de Lippmann é uma traição ao processo democrático. É, portanto, necessário que a comunidade aperfei-

coe uma “maquinaria do conhecimento” para dar substância às idéias democráticas. Afirma ele: “Quando a era da máquina tiver sido assim aperfeiçoada, sua maquinaria será um meio de vida e não um dominador despótico. A democracia virá por seu próprio mérito, pois a democracia é um nome para uma vida de comunicação livre e enriquecedora” (184).

No decorrer dos anos 20 tanto Dewey quanto Lippmann concordaram em que o conjunto de fatos que caracterizaram a era da máquina e a era das novas relações humanas favorecia claramente o arcabouço de idéias defendido por Lippmann, em contraposição ao arcabouço de idéias esposado por Dewey. Em 1927, de fato, tudo o que Dewey podia fazer era explicar os problemas. Os novos e poderosos instrumentos difundidos pelas elites políticas e econômicas desarraigaram o indivíduo de sua comunidade sem o seu conhecimento, provocando o “eclipse do público”. O resultado foi que as elites políticas e econômicas se acharam aptas a controlar facilmente a maquinaria política. Dewey escreve: “Numa palavra, as novas forças de ação combinada, devido ao regime econômico moderno, controlam a política atual, do mesmo modo como os interesses dinásticos a controlavam há duzentos anos atrás” (108). A nova era das relações humanas, então, “não tem agências políticas dignas desse nome” porque os interesses políticos e econômicos privados prevalecem de modo total, moldando o debate através do controle dos sistemas de formação de opinião pública. Isto, no entanto, não toma insolúvel o problema do eclipse do público. A tarefa que se faz necessária, de acordo com Dewey, cabe ao público, que tem de tomar consciência de si mesmo e tomar-se organizado através da criação de uma maquinaria de “inteligência socializada”. Especificamente, Dewey está preocupado com o fato de que o público se reconheça para dar a si mesmo “peso na escolha dos seus representantes oficiais e na definição de suas responsabilidades e de seus direitos” (77).

A base de Dewey para as idéias democráticas

Ao longo de sua análise, Dewey intenta realizar um trabalho intelectual que seja prático. Ele se dedica à tarefa de

definir o problema do público, pesquisando condições segundo as quais o público poderia surgir e dando um relato, que ele admite ser impreciso, sobre como o público em formação deveria ser organizado para definir e manifestar seus interesses. Para Dewey, solucionar o problema da organização é impossível sem que se resolva o problema da emergência do público e é, portanto, uma questão de segunda ordem relativamente à questão da emergência. O conjunto desta empreitada é, conforme Dewey, “um problema intelectual à primeira vista”. Na época em que Dewey escreveu, a situação era por demais desencorajadora para que ele fosse capaz de oferecer uma orientação honesta sobre questões práticas. Dewey enfatiza as condições e o significado potencial da nova tecnologia. Contudo, fracassa em oferecer alguma linha de ação ou em dar uma noção do que as novas tecnologias poderiam ser. Isto tem frustrado seus interpretadores até o presente. Ele é consistentemente acusado de ser obscuro e ambíguo (Carey, 1989; Damico, 1978; Festenstein, 1994; Rorty, 1980; Ryan, 1995; Westbrook, 1991). Por outro lado, faço o comentário de que Dewey tinha uma profunda compreensão dos limites do que ele podia proporcionar à época em que estava escrevendo. Nem as condições nem as tecnologias para concretizar suas idéias estavam próximas do limiar da possibilidade. Assim, é uma homenagem à obra de Dewey dizer que ela é tão útil quanto uma mensagem posta dentro de uma garrafa e deixada à deriva para as futuras gerações. Tomou-se possível formular o argumento, que apresento aqui, de que as condições e a tecnologia que ele acreditava serem inevitáveis passaram, de fato, a existir. No restante deste capítulo, focalizarei os fundamentos deixados por Dewey quanto às idéias democráticas e à importância de um público emergente como agente de mudança. Nos capítulos da primeira parte, a seguir, farei um esboço do contexto da era atual, comparando-a com a época de Dewey. No que respeita à assim chamada revolução das comunicações, comentarei o fato de que estamos testemunhando a emergência de um público ao estilo de Dewey e que, portanto, seria de grande utilidade apreciar as noções de Dewey sobre como organizar o público.

Para entender, ainda que vagamente, a base de Dewey para as idéias democráticas é útil focalizar o seu relato sobre como um “Estado” chega a existir. Muito esquematicamente, a emergência do público ocorre quando as conseqüências de um comportamento conjunto chegam a afetar uma parte bastante ampla da totalidade do povo. Isto resulta no surgimento de representantes escolhidos para gerir os negócios públicos. O público e o governo resultantes são, reunidos, o Estado. Como escreve Dewey: “Um público articulado e atuando através de representação constitui o Estado; não existe Estado sem governo, mas também não existe nenhum sem o público” (67). A representação é composta por indivíduos com motivação própria. A maquinaria política resultante é, desta maneira, tão representativa do público inicial quanto for momentaneamente conveniente para os membros da representação que controlem a maquinaria política. Deste modo, se os representantes quiserem impor um domínio despótico ou oligárquico, eles o farão. Todavia, como o público está no ponto central do poder que dá origem ao Estado, a modificação das circunstâncias pode sempre trazer à tona outro público ou outro aspecto do público. Isto pode obrigar a mudanças no *status* dos representantes e da maquinaria política do Estado. Em princípio, Dewey aponta para as mudanças tecnológicas que têm amplo impacto sobre o comportamento conjunto, ou para a maneira pela qual as pessoas interagem. Tais alterações podem resultar na emergência de um novo público, capaz de influir na escolha dos representantes e de provocar a reorganização da maquinaria política do Estado. Por exemplo, Dewey escreve que “a transição do governo hereditário e da dinastia, ambos apoiados por lealdades impostas pela tradição, rumo a um governo popular foi, basicamente, conseqüência inevitável das descobertas tecnológicas e das invenções que operaram uma transformação nos costumes pelos quais os homens têm se mantido juntos” (Dewey, 1927: 144).

Subjacente à visão de Dewey sobre o Estado, há uma proposição que afirma existir uma corrente histórica segundo a qual o público, à medida que se toma cada vez mais consciente

de si mesmo, exige maior poder de decisão na escolha dos seus representantes e no projeto da maquinaria política do Estado. Desta forma, segundo o relato de Dewey, a corrente histórica conduz obrigatoriamente à crescente perfeição das idéias democráticas. Na literatura subsequente, tanto o relato de Dewey sobre a formação do Estado quanto a metafísica de Dewey sobre a democracia têm, em geral, sido alvo de muita controvérsia. Por exemplo, a seguinte pergunta tem sido feita: “Não se trata de uma generalização infundada o argumento de que a legitimidade de todos os “Estados”, incluindo a dos “Estados” não-democráticos, emana do povo? Além disso, o argumento de que existe uma corrente histórica mundial conducente a uma maior afirmação do poder de decisão do público na seleção de seus representantes e no projeto da maquinaria política ou a uma democratização cada vez maior e sem limite no tempo é também altamente discutível. Afortunadamente, para os objetivos da presente tese, o relato de Dewey da formação do Estado e sua metafísica democrática, embora elucidativos, não são vitais. A esta altura, noutras palavras, as perspectivas para a permanência contínua das regras do jogo democrático não precisam ater-se à hipótese de que “a corrente da história” favorece a formação da maquinaria política democrática. Antes, dependem de saber se as pessoas que vivem numa unidade política que se proclame democrática estão preparadas para aceitar a troca de uma unidade política democrática, por mais débil que possa parecer, por uma unidade política não democrática, não importa quão astuto seja o disfarce. Tratarei deste aspecto num trecho mais adiante.

De acordo com Dewey, a contínua importância das idéias democráticas no início deste século pode ser medida pelo fato de que toda a teoria política americana, todo político e jornalista americanos, incluindo Lippmann, têm de aparentar estar fazendo um apelo ao povo. As idéias democráticas como a da soberania popular ainda não têm significado para a massa dos cidadãos, muito embora o público tenha sido eclipsado por indivíduos motivados por interesses egoísticos e que controlam a maquinaria através da qual se supõe que o público

deva expressar sua opinião. Onde Lippmann rejeita qualquer necessidade de idéias democráticas no seu esforço para aperfeiçoar o processo político, Dewey enfatiza a importância da interação histórica entre as idéias democráticas e o desenvolvimento da verdadeira maquinaria política democrática. Explicando como a implementação das idéias democráticas tomou-se tão afastada da maquinaria política democrática nos Estados Unidos, no começo do século XX, Dewey demonstra como o reconhecido acatamento ao ideal democrático da soberania popular é distinto da casualidade do modo pelo qual as idéias democráticas são incorporadas à maquinaria política de toda e qualquer época. Novas tecnologias, como a imprensa escrita, transformaram a maneira pela qual os indivíduos interagiam e precederam ao surgimento das democracias ocidentais, incluindo a dos Estados Unidos. Finalmente, um novo público emergiu, composto principalmente pelas classes de homens de negócios com crescente influência, exigindo serem ouvidos no que respeita aos seus assuntos. Este público desafiou a autoridade das elites aristocráticas que detinham o controle da maquinaria política. Entre outras coisas, estabeleceu-se a doutrina da soberania popular no âmbito da nação-estado. De acordo com Dewey, o novo público, o agente da mudança, reagiu às estruturas organizacionais das elites entrincheiradas como a monarquia, a aristocracia e a igreja, ao rejeitar como um todo as virtudes da associação. As elites intelectuais ligadas a este público, por sua vez, passaram adiante a noção de que o homem isolado é o homem em seu estado natural e que, em nome da liberdade, ele deve ser protegido para que possa buscar a satisfação de seus interesses particulares. Arcabouços intelectuais, como a teoria dos direitos naturais e a doutrina econômica do *laissez-faire*, marcaram a reação contra a associação e em favor do indivíduo. Como veremos num capítulo posterior, o predomínio dessas filosofias tem uma base social e psicológica importante na supremacia da imprensa escrita. Por ora, interessa-nos o conflito entre o indivíduo e a sociedade, conflito este que tem marcado continuamente o desenvolvi-

mento dos atuais sistemas democráticos de governo e é em grande medida um subproduto dos interesses específicos de um público há muito desaparecido. A fim de que a crescente elite de homens de negócios pudesse progredir com seus interesses, fazia sentido dar a máxima ênfase à existência de um dualismo entre a capacidade do indivíduo de dar andamento aos seus negócios e a postura restritiva das estruturas hierárquicas estabelecidas. Na análise de Dewey, o dualismo refletia os interesses incidentais de um grupo específico e uma avaliação imprecisa da natureza da inter-relação entre o indivíduo e a variedade de associações das quais o indivíduo é uma parte. Não obstante, o dualismo continua a estar subjacente nas estruturas institucionais, mais notadamente nos sistemas de formação de opinião pública. Assim, as estruturas que existem continuam a satisfazer as necessidades de cunho egoístico de um público, antes emergente, que se transformou, ao longo do tempo, numa elite econômica e política com controle cada vez maior sobre a máquina política.

Dewey retrata o indivíduo como o resultado do efeito contínuo do comportamento conjunto de um organismo biológico. O indivíduo assim concebido e as variedades de associações das quais o indivíduo é parte inter-relacionam-se sutil e poderosamente de inúmeras maneiras. Esta realidade torna sem sentido o dualismo hipotético entre o indivíduo e a sociedade. Um conjunto de idéias construído com base neste hipotético dualismo é uma fundamentação errônea para o processo político. Isto é especialmente verdadeiro quanto ao processo político democrático, no qual a natureza da inter-relação entre o indivíduo e as associações é da máxima importância. As contingências indistintas contidas no desenvolvimento anterior da máquina política democrática devem, por esta razão, ser superadas para que se possa imaginar o desenvolvimento contínuo da democracia de um modo que as idéias democráticas sejam concretizadas com mais clareza. Dewey, com base nisto, lança um olhar crítico para a noção de que a solução para a democracia é haver sempre mais democracia, se “mais democracia” nada significa a não ser uma extensão da máquina

política democrática já existente. Mais precisamente, a noção de que a solução para a democracia é a de mais democracia deve coincidir com um reexame das idéias democráticas e com uma investigação das condições para a emergência do público. O resultado deste reexame pode ser um ajuste na conduta dos representantes e no projeto da nova máquina política. Com escreve Dewey: “O velho ditado de que a cura para os males da democracia é mais democracia... pode também indicar a necessidade de retomar à própria idéia em si mesma, de esclarecer e aprofundar nossa compreensão dela e de empregar nosso juízo quanto ao seu significado para criticar e refazer suas manifestações políticas” (144).

Os períodos posteriores

Apresentarei agora um breve sumário das tendências significativas dos períodos de 1930 a 1960 e de 1960 a 1980, os quais cobrem a época em que Dewey polemizou com Lippmann e a época atual, período em que será útil reexaminar o pensamento de Dewey. Entre os anos 30 e os anos 60, o estudo apresentado por Lippmann exerceu muita influência junto aos pesquisadores nas ciências sociais e na ciências políticas, bem como junto aos profissionais de outros campos relevantes como o da mídia e o das políticas públicas. Uma análise empírica detalhada, obedecendo a procedimentos disciplinares firmemente delineados, no entanto, substituiu a ênfase num relato filosófico abrangente das relações entre os sistemas de formação de opinião pública e a teoria democrática.

Num determinado círculo acadêmico, um grupo de cientistas políticos realistas e democratas desenvolveram mais tarde uma interpretação contemporânea da assim chamada prática democrática. Em sua maior parte, esse trabalho não tratou dos sistemas de formação de opinião pública, que eram então controlados basicamente pelas estruturas institucionais da mídia de massa. O economista político austríaco Joseph Schumpeter, por exemplo, continuou a demonstrar a inevitabilidade de o poder político ser açambarcado por elites pouco numerosas (Schumpeter, 1976). Outro realista e demo-

crata, Robert Dahl, realizou um esforço visando à construção de um sistema político viável, no qual a competição crua pelo poder entre os grupos que representavam interesses, aos quais Madison chamava de facções, de posse da maioria dos recursos, substituiu o esforço madisoniano para garantir que fosse eleito um legislador virtuoso. Esses grupos podiam, então, conseguir o máximo de apoio para a sua proposta de controle dos elementos do processo de tomada de decisão, essencial aos seus interesses. Tal sistema tornou-se conhecido como política de grupos de interesse ou democracia pluralista (Dahl, 1956). Dahl, que mais tarde se referiu a ele como *polyarchy II* (poliarquia II), afirma que esse sistema procura “enxertar a sabedoria prática dos guardiões da máquina política na soberania popular exercida pelas massas”². Até certo ponto, esse sistema, por conseguinte, encontra algum grau de acomodação entre a realidade da dominação da elite numa nação-estado tecnologicamente avançada e a da interpretação da soberania popular (Dahl, 1989).

Ao mesmo tempo, desenvolveu-se a disciplina agressivamente empírica da pesquisa sobre os meios de comunicação. O estudo dos efeitos da mídia de massa sobre o consumidor americano foi, talvez, conseqüência do estabelecimento de estruturas institucionais da mídia em geral, com sólidos fundamentos. A união dos interesses publicitários e comerciais para a formação do conteúdo e a obtenção de controle agressivo sobre a produção e as formas de distribuição da mídia para o interior dos lares caracterizou estas estruturas (Czitrom, 1982). Conforme indicado no lançamento da revista acadêmica *Public Opinion Quarterly*, de 1937, a obra de Walter Lippmann exercia influência. Um dos pioneiros nos primeiros anos nessa área, o cientista social vienense Paul Lazarsfeld, chefe do setor de Pesquisa sobre o Rádio, em Princeton, e depois diretor do setor de Pesquisa Social Aplicada, na Universidade de Colúmbia, era taxativo ao tratar da importância das novas e poderosas instituições na formação da opinião pública. Escreveu ele: “A radiodifusão na América é feita para vender mercadoria e a maioria dos outros possíveis efeitos do rádio ficam submersos numa estranha

²N.T. Em inglês: “graft the expertness of guardians to the popular sovereignty of the demos”. A frase é um jogo de palavras onde se destaca a oposição entre o termo *guardians*. Le. “anjos guardiões do paraíso”, e o termo *demos*, que é abreviatura inglesa para “democratas”.

forma de mecanismo social que leva o efeito comercial à sua expressão mais acentuada” (Lazarsfeld, 1940: 332). Na nova disciplina, os contextos histórico e institucional a partir dos quais as instituições de mídia de massa emergiram foram ignorados em favor de estudos que investigassem efeitos sócio-psicológicos determinados. Como resultado desta ênfase limitada, foi desenvolvida uma compreensão sobre como os indivíduos percebem não só a mídia, mas também as novas e valiosas ferramentas com as quais as elites políticas e da mídia podem manipular a opinião pública, ferramentas tais como métodos de apuração, pesquisas eleitorais, estratégias de “marketing” eleitoral, etc. (Marsh, 1982). Talvez mais do que outros nessa área, Lazarsfeld estava ciente da dissociação entre a investigação sócio-psicológica sobre a dinâmica de grupo da opinião pública numa sociedade de massa, por um lado, e, por outro, a importância do conceito de opinião pública na literatura política teórica tradicional. Num estudo de 1955, escrito em conjunto com Elihu Katz, os autores impeliram a comunidade de pesquisas acadêmicas a considerar mais o elemento humano nas suas equações formalistas. Eles escreveram: “A imagem tradicional do processo de persuasão em massa deve abrir espaço para as “pessoas”, considerando-as como fatores intervenientes entre os estímulos da mídia e a opinião resultante, bem como entre decisões e ações” (Lazarsfeld e Katz, 1955: 32). O apelo para que se avaliasse mais seriamente o “fator humano” pode ter sido feito em decorrência de uma certa crença na vantagem de uma síntese clássico-empírica. No entanto, Lazarsfeld nada mais fez que expressar a vantagem de uma síntese como essa. Talvez isto se tenha devido à influência difusa dos líderes da indústria da mídia no desenvolvimento do setor (Habermas, 1989). Até a década de 60, havia muito pouca análise crítica dos sistemas de formação de opinião pública da atualidade, especialmente no contexto das tradições democráticas.

Na década de 60, uma crescente cultura de crítica verbal surgiu nos círculos acadêmicos. Esta cultura tomarse-ia influente e ativa até o presente ao criar e depois desenvolver áreas como teoria da crítica, crítica literária, estudos culturais, estudos sobre a mídia, estudos feministas,

pós-estruturalismo e pós-modernismo. Este novo espírito de indagação crítica apoiou-se muito nos críticos marginalizados da sociedade de massa no passado, como os integrantes da Escola de Frankfurt e C. Wright Mills, bem como nas correntes intelectuais européias da metade do século, o estruturalismo e o existencialismo. Nos Estados Unidos este espírito alimentou a revolução social e as manifestações estudantis que caracterizaram os anos 60. Está absolutamente fora do escopo desta tese dar algum sentido às várias correntes deste período. Um ponto importante, entretanto, é o de que a teoria democrática de John Dewey foi crucial para o desenvolvimento da teoria democrática do filósofo alemão Jürgen Habermas, principal “protegido” de Adorno e Horkheimer, e de outros integrantes da Escola de Frankfurt (Habermas, 1971). Por sua vez, Habermas tem exercido influência sobre o academicismo americano numa ampla variedade de disciplinas, inclusive sobre cada um dos campos acima mencionados. Este é um caminho interessante por meio do qual a teoria democrática de Dewey influenciou a vida intelectual americana sem que esta conexão fosse explicitamente percebida.

Desde o começo dos anos 70, tem aumentado a quantidade de comentários sobre Dewey e o objeto de suas preocupações. Por exemplo, o volume cada vez maior de literatura sobre democracia participativa reflete o desejo de alcançar um espírito de indagação crítica, nas instituições relacionadas com a sociedade, que se parece muito com o que pretendia Dewey. Um fator impulsionador deste movimento é a inquietação no sentido de que o cinismo generalizado na maioria do público, com relação à política, poderia levar a uma ruptura no processo democrático. Embora a maior parte desta literatura não examine diretamente o relacionamento entre os sistemas de formação de opinião pública, as estruturas institucionais da mídia de massa e a teoria democrática, é bastante clara a influência de Dewey bem como a de Habermas sobre, por exemplo, Ttzioni, Boyte, Pateman, Miller, Cohen, Guttman, Fishkin, Sunstein, Sandel e outros. Mais diretamente, alguns pensadores têm colaborado

de modo decisivo para um ressurgimento de Dewey. Richard Rorty, nos anos 70 e 80, Robert Westbrook (1992) e Alan Ryan (1995) propuseram as abordagens gerais de maior importância para as idéias de Dewey. Os relatórios de Westbrook e Ryan, em especial, perpetuaram a indagação constante sobre o que poderiam realmente significar as estruturas institucionais de Dewey. Um exemplo é o que escreve Ryan a respeito do “credo” de Dewey:

“Somente quando as pessoas puderem se comunicar em termos de liberdade e de igualdade, poderão elas atingir a profunda compreensão individual a que temos almejado desde o Iluminismo. Se a liberdade e a igualdade estão ausentes, o que poderá ser dito e, por conseguinte, o que poderá ser pensado, ficarão limitados. É difícil dizer como isto se traduz em preocupação com a democracia no sentido institucional rotineiro que inclui eleitores, urnas de votação e políticos razoavelmente corruptos” (Ryan, 1995: 357).

Além disso, uma série de pensadores preocupados com a mídia têm se concentrado no intercâmbio de Dewey e Lippmann. John Carey argumentou que a disciplina dos estudos culturais deveria postular alguma reivindicação para preencher o papel desempenhado pelo público de Dewey (Carey, 1989). Christopher Lasch fez referência à polêmica travada por Dewey e Lippman ao expressar sua preocupação a respeito da ausência de discurso do público numa sociedade cada vez mais impulsionada pela mudança tecnológica (Lasch, 1995). Outros como Jay Rosen e James Fallows fizeram uso da dupla Dewey/Lippmann como fundamento intelectual de um movimento de reforma, a partir de dentro, da profissão de jornalista. Este movimento é denominado ora de jornalismo cívico, ora de jornalismo público (Fallows, 1996; Rosen, 1992).

A democracia e anova tecnologia dos meios de comunicação

A melhor maneira de se construir o contexto para o reexame das propostas de Dewey para um sistema democrá-

tico de formação de opinião pública é investigar a evolução da literatura que começou nos anos 80 e que combinou teoria democrática com estudos sobre novas tecnologias de comunicação. Como pode ser demonstrado por uma investigação razoavelmente acurada do pensamento da atualidade sobre tecnologia e democracia, as tensões emergentes refletem constantemente os temas trazidos à luz pela interação de Lippmann e Dewey. Isto proporcionará uma visão sobre o *status* político e tecnológico da democracia eletrônica, uma vez que ela se desenvolveu a partir de um tópico marginal na metade dos anos 80 para ser uma questão com repercussões globais importantes na metade dos anos 90. Em suma, a investigação servirá como uma sucinta revisão literária para a presente dissertação.

Russel Neuman atualiza Lippmann

Em 1986, Russel Neuman escreveu *The Paradox of Mass Politics (O Paradoxo da Política de Massas)*, atualizando desta forma tanto Lippmann como os realistas democratas da metade do século como Schumpeter e Dahl. Trabalhando em pesquisa sobre comunicação, Neuman sugere a necessidade de um reexame geral da função da mídia de massa no processo político. Considerando a cultura de crítica prevalente em diversas disciplinas que incluem, de modo cada vez mais amplo, a pesquisa sobre comunicações, pode-se entender que Neuman respondeu ao clima generalizado de apoio a idéias que ameaçam uma longa tradição do academicismo e da prática americanos.

De acordo com Neuman, existe uma expectativa duradoura de que o cidadão de uma sociedade democrática seja adequadamente informado. A realidade demonstrada por uma poderosa investigação científica e social é a de que a cidadania não é, no seu todo, tão bem informada. Em seu livro, Neuman escreve que “o paradoxo da política de massa é a brecha entre as expectativas de um conjunto de cidadãos bem informados, de acordo com o que propugna a teoria democrática e a realidade desconfortante revelada pelas pesquisas sistemáticas

de opinião” (Neuman, 1986: 3). Para Neuman, o paradoxo não é, contudo, problemático na prática, porque o sistema atua reconhecidamente bem, embora o público, a massa, em sua maior parte seja desinteressado e não sofisticado. Assim, o paradoxo da política de massas não apresenta um problema que deva ser remediado, sendo, antes, uma característica de um sistema político que atua singularmente bem. Subjaz ao paradoxo da política de massas a idéia de que, se alguém pode demonstrar que o cidadão informado não existe, não há necessidade de se considerar que as idéias democráticas sejam mais essenciais do que a expectativa da existência de um universo de cidadãos informados. Ao aderir ao esquema cuidadosamente idealizado da democracia pluralista, Neuman pode levar adiante a discussão do processo político americano moderno sem, realmente, recapitular as idéias democráticas como a da soberania popular. Graças ao que restou da análise de Lippmann, combinado com os dados sólidos sobre a maior parte do público, Neuman parece ter decidido que ele não tem de confrontar de modo direto os requisitos da tradição jeffersoniana. Não obstante, essa tradição continua a ecoar no âmbito da cultura política desde a época em que viveram os fundadores da pátria americana, passando por Lippmann, na década de 1920, e Neuman, em 1986. Neuman admite que “é uma característica persistente da cultura política americana presumir que, quando surge uma crise, os cidadãos em geral se mobilizarão e darão resposta”. Mesmo assim, Neuman conclui: “Esta é a cultura política da ingenuidade” (188). Tal característica, logicamente, não é um aspecto da cultura política que ele ache que deva levar a sério na sua análise da realidade política.

Neuman simplesmente reafirma o esforço de Lippmann de reconceituar como o processo político poderia funcionar bem, apesar da existência de uma massa de cidadãos mal-informados. Não é, portanto, necessário que ele, Neuman, explique a rejeição das idéias democráticas. Como resultado disso, Neuman não manifesta interesse sobre as razões pelas quais Lippmann reconceituou a função do sistema de formação de opinião pública no processo político americano. Ao invés, o fato é que as estruturas institucionais da mídia de

massa acabaram por dominar o cenário americano. Como escreve Neuman: “Comum aos incentivadores e aos críticos da mídia de massa... existe um sentimento compartilhado de que a mídia é o educador político por excelência”. Além do mais, uma vez que a mídia de massa funciona de uma maneira surpreendentemente similar à descrita na análise de Lippmann, a tarefa de Neuman é a de simplesmente fazer avançar a noção de que estas estruturas imensas não têm probabilidade de mudar. Neuman afirma que “teoricamente, a mídia poderia fazer mais para informar e educar o público. Mas, na verdade, ela não pode fazer mais do que está fazendo” (134). Em especial, Neuman demonstra a importância do funcionamento da mídia de massa, ao mesmo tempo em que dilui a crítica ao empregar o paradoxo da política de massa para sustentar que não existe outra maneira de um sistema político ser estruturado numa nação-estado complexa.

Sobre o posicionamento central da mídia de massa, Neuman cita Lippmann: “Nas nações industrializadas do século XX, a sociedade organizada em bases democráticas não pode funcionar como tal sem a estrutura institucional da mídia de massa independente” (133). Neuman admite ser exata a observação de que há uma ampla variedade de opiniões dentro do universo dos cidadãos. Contudo, à maneira com que seguindo “a visão ou *insight* sócio-psicológico sobre a sensibilidade humana ao meio social” se teriam colocado, os indivíduos tendem a desenvolver uma noção quanto à forma predominante e à direção da opinião pública. Sem declarar se os indivíduos são geneticamente construídos para adotarem a forma predominante e a direção da opinião pública como propriamente suas, ou se isto resulta de um processo de socialização, Neuman conclui: “Desta forma, o conteúdo da mídia de massa é relativamente homogêneo, assim como o padrão de preocupações políticas da massa de eleitores” (152). Está claro, então, que a mídia de massa desempenha um papel crucial no auxílio à construção de um bloco homogêneo de opinião pública numa nação-estado vasta. Assim, as elites políticas que melhor articulam os símbolos

específicos que caracterizam o fluxo da opinião pública, a qualquer tempo, podem, efetivamente, dirigir o país.

Ao mesmo tempo, declara Neuman: “As diferentes mídias são vistas como forças potencialmente poderosas e os seus públicos, como relativamente indefesos. O poder da mídia, no entanto, tem sido avaliado exageradamente” (156). Aqui existe uma aparente contradição dele ao concluir que o papel da mídia de massa é crucial para o processo político americano. Esta última posição, contudo, toma-se compreensível ao se perceber que Neuman está usando o paradoxo da política de massas como instrumento para defender a necessidade de um sistema institucional de mídia de massa para garantir que o sistema, e o processo político mais amplo do qual ele é parte, continuem imutáveis. Numa sociedade democrática, na escala da nação-estado, as estruturas institucionalizadas da mídia de massa, em parte, constituem uma ponte necessária para levar em conta o paradoxo da política de massas, e possibilitam, ainda, que o sistema político funcione razoavelmente bem. A questão não é a mídia de massa ser poderosa, mas o seu público ser inadequadamente informado e carente de orientação. Concluindo, citamos Neuman: “O fator crítico parece ser o estilo cognitivo do eleitorado” (27). Em virtude do estilo cognitivo do eleitorado, as mídias são necessárias numa nação-estado complexa.

Benjamin Barber retoma a Dewey

Colocando-se do lado oposto à manipulação de caráter neo-lippmanniano que Neuman fazia, Benjamin Barber, com seu livro *Strong Democracy (Democracia Forte)*, publicado em 1984, foi um dos primeiros teóricos a aliar “participação” e “novas tecnologias de comunicações”. Ao fazê-lo, ele reconhece explicitamente sua dívida para com Dewey e Habermas. Barber apresenta seu conceito de democracia forte como um substituto para a tradição democrática liberal, à qual ele denomina democracia fraca. Opondo-se a Neuman, entre outros, ele acusa os cientistas políticos de contribuírem para um certo mal-estar político disseminado, que considera a cidadania passiva como necessária à saúde do processo

político. O resultado deste mal-estar poderia ser a emergência de um sistema político anárquico ou autoritário. Barber propugna por uma agenda ambiciosa de reformas que poderiam institucionalizar práticas democráticas fortes, permitindo que as pessoas se “governassem ao menos em algumas questões públicas, pelo menos em certa parte do tempo” (Barber, 1984). Uma proposta é de um sistema de vídeo-texto cívico, de amplitude nacional, através do qual os cidadãos pudessem usar a nova tecnologia de comunicações para se engajarem em reuniões políticas de nível local, regional e nacional. Desta forma, Barber procura reunir o conceito da assembléia da Nova Inglaterra ao do poder de uma nova geração de tecnologia eletrônica como o cabo e os satélites e uma noção relativamente primitiva da televisão interativa. A idéia geral é que novas instituições podem vir a surgir para fazer da visão jeffersoniana uma realidade. Na análise de Barber, é essencial construir estas instituições participativas que, ou muito estimularão, ou, talvez, substituirão o sistema representativo como um todo.

Barber reconhece a preocupação dos autores da Constituição Federal de que a democracia direta numa nação-estado, deixando de lado o sistema representativo, repousa numa fé ingênua numa vontade comum unitária, a que Lippmann chamava de “Superalma”. Em resposta a esta preocupação, Barber distingue a democracia unitária das práticas democráticas fortes. Por outro lado, a democracia unitária presta-se a uma manipulação demagógica e a uma solução autoritária, ao procurar mostrar uma vontade comum mística. A democracia forte, por outro lado, baseia-se numa “conversação política” extensiva entre os cidadãos e numa ética institucionalizada de razoabilidade. Além disso, Barber sugere a necessidade de uma ética institucionalizada de cautela razoável, de modo que o conjunto dos cidadãos será prudente em suas deliberações sobre o que funcionou ou não no passado, e cauteloso ao avançar da democracia fraca para a forte. Embora extrapolando o escopo da presente tese, cabe discutir se Barber cria bastante distância entre a sua democra-

cia forte e a democracia unitária para abrandar preocupações legítimas daqueles que apóiam instituições que reconhecem a obrigatoriedade de prestarem contas ao público. Pode-se argüir que ele não oferece um relatório convincente sobre como a democracia forte que propõe atuaria como uma espécie de escora contra o paroquialismo ou a capacidade de um demagogo de explorar o público. Mesmo assim, na sua ênfase sobre a revitalização das idéias democráticas e na sua sugestão sobre a possibilidade de “conversa política” institucionalizada, Barber prepara o caminho para a construção de sistemas democráticos de formação de opinião pública, assim como prenuncia essa empreitada.

Em 1984, no entanto, o trabalho teórico ambicioso de Barber está muito longe de se concretizar. Pululam indagações. Qual órgão ou agência de governo concentrará o poder para construir suas diversas e ambiciosas estruturas institucionais, incluindo o sistema de vídeo-texto aberto ao cidadão? Como a ética da razoabilidade e a do comedimento realmente funcionarão nas novas estruturas institucionais? Mais precisamente, como a sociedade harmonizará o paradoxo da política de massas com o conceito de que muitos cidadãos não estão informados ou interessados em sê-lo, embora possam estar muito interessados em participar? Escreve Barber: “No momento em que as ‘massas’ começam a deliberar, atuar, compartilhar e contribuir, cessam de ser massas e tomam-se cidadãos” (Barber, 1984: 155). A justaposição da sociedade de massas e da cidadania é crucial, como veremos nos capítulos posteriores. Mas como esta transformação de “massas” em “cidadãos” terá lugar, considerando especificamente as estruturas institucionais existentes da mídia de massa e o papel que elas desempenham na construção da opinião pública? Barber não responde a estas questões e, portanto, nem confronta diretamente nem supera o paradoxo da política de massas – ou a realidade da economia política da mídia de massa – como o apresentou Lippmann e o atualizou Neuman.

Abramson, Arterton e Oren pesquisam este campo

Em sua obra conjunta, *The Electronic Commonwealth and Teledemocracy: Can Technology Save Democracy? (Na Comunidade Eletrônica e na Teledemocracia Pode a Tecnologia Salvar a Democracia?)*, Abramson, Arterton e Oren pesquisam um grande número de projetos empregando nova tecnologia de comunicações para fins democráticos. Considerando que esses experimentos, em sua maioria, usaram ou a tecnologia de vídeo interativa ou a (relativamente falando) primitiva tecnologia de comunicações mediada por computador, que existia antes desta geração, não é de se admirar que tenham sido vistos como experimentos marginais. O estudo global, entretanto, é como uma iluminura ao redor da paisagem eletrônica, contendo diversas observações que continuam válidas no decorrer do tempo. Basicamente, os autores concluem que existe um conceito distinto de teoria democrática fundamentando as estruturas institucionais de cada experimento. Eles observam duas tendências gerais nas diversas estruturas institucionais. Estas tendências trazem para a era digital o contrastante conjunto de idéias estabelecido por Lippmann e Dewey.

Os autores referem-se à mais preponderante das duas tendências como a que “acelera a democracia”. Ela é a democracia por meio de plebiscito, de pesquisas ultra-sofisticadas de intenção de votos, de avaliação instantânea da opinião pública e de votação eletrônica. Projetos como o *Hawaii Televote* (Televoto Havaí), *Honolulu Electronic Town Meeting* (Assembléia Eletrônica de Honolulu), e o *QUBE System* (TV a cabo interativa) em Arlington, Ohio, este patrocinado pela Time- Warner, todos refletem o esforço para a obtenção de uma vontade comum, ou talvez para uma construção sofisticada da opinião pública. Esta tendência em direção à democracia direta, na qual os indivíduos votam pela aprovação ou rejeição em questões de seu interesse, usando um teclado de controle remoto por TV, é extremamente problemática. De acordo com os autores, o processo está sujeito a uma imensa manipulação pela elite e propicia oportunidade para o surgimento de um demagogo.

A aceleração da democracia é o resultado da influência continuada da cultura da mídia de massa no processo democrático de tomada de decisões. Mesmo que o meio continue a mudar em razão das novas tecnologias de comunicações, os autores receiam que a cultura de mídia de massa continue a dominar os sistemas de formação de opinião pública e impeça o possível ressurgimento da democracia. Eles relacionam quatro desenvolvimentos perturbadores. Em primeiro lugar, receiam que as normas contra a formação de cartéis possam se tornar flexíveis de modo que empresas isoladas venham a possuir múltiplas franquias de mídia numa única comunidade. Isto limitaria a diversidade de opinião e de oportunidade para o acesso à mídia, essencial para o processo democrático de tomada de decisões. Em segundo lugar, eles manifestam preocupação quanto à concentração da propriedade e citam a indústria de cabos e fibras óticas, em que a Telecommunication Inc. e a Time-Warner são as maiores operadoras, como um caso típico. Em terceiro lugar, a mídia de massas sustentada pela publicidade atua contra as normas democráticas necessárias, provocando distorções ao fornecer ao consumidor isolado informação e entretenimento “leves”. Este problema piorou durante a década de 80, quando a pressão nos negócios da mídia aumentou, como resultado da concorrência entre as novas organizações de mídia. À época, os donos dos três conglomerados tradicionais de mídia dos EUA chegaram à conclusão de que deviam tratar o departamento de notícias, que antes era um serviço de utilidade pública que perdia dinheiro, como uma mercadoria tão vendável como qualquer outro departamento. Finalmente, a necessidade de se obter um bom visual nos noticiários de TV e a capacidade dos representantes eleitos de manipularem esta necessidade, provocando eventos para atrair a atenção da mídia e assim ganharem mais tempo de exposição nela, fizeram com que os representantes da mídia e do governo, “outroora supostos adversários”, se transformassem cada vez mais em verdadeiros “parceiros secretos”. Referindo-se aos experimentos de publicidade na nova mídia, mas generalizando para toda a gama de assuntos, os autores propõem a seguinte conclusão desanimadora: “Qualquer potencial que a nova mídia possa ter tido no sentido

de apoio a uma maior cultura cívica está regredindo rapidamente” (Abramson et al., 1988: 290).

A outra tendência apresentada pelos autores enfatiza “a queda de velocidade da democracia” por meio do encorajamento de um processo existente na atualidade que conta com assembleias e diálogo democrático. Para eles, a *Berks Community TV*, a *Alaska LTN*, a *North Carolina OPEN/net*, bem como qualquer número de sistemas de conferência em pequena escala via computador, representam uma concepção de prática democrática na qual diversos indivíduos e grupos participam do diálogo político. Este diálogo ajuda os envolvidos a selecionarem “demandas emergentes” e “partes afetadas” para ajuste acertado da política pública (Arterton, 1987: 66). Os autores apóiam a introdução deste diálogo político extensivo dentro do quadro pluralista tradicional. Diferentemente de Barber, eles não estão dispostos a avaliar seja o desaparecimento gradual ou o abandono do sistema representativo. São conhecedores dos problemas do que denominam teoria democrática puramente comunitária, na qual os cidadãos se engajam no “autogoverno”, em nível local. São suspeitos desta prática democrática comunitária, e erroneamente atribuem o nome de John Dewey como seu santo padroeiro. Acreditam que isso possa levar a uma comunidade perigosamente fechada para os padrões das unidades políticas mais amplas, contrapondo-se dessa sorte aos efeitos positivos da república estendida, do tipo madisoniano. Em sua concepção de “pluralismo com uma face comunitária” endossam tanto a necessidade de um sistema nacional de mídia como a de um diálogo político extenso em nível local e regional.

Um exemplo instrutivo da noção pragmática de que o poder determina a capacidade de impor a interpretação definitiva dos eventos é o caso da *Berks Community TV*. Os autores encaram este projeto como o maior sucesso entre os experimentos que investigaram. Em minha opinião, ele antecipa com maior exatidão um sistema democrático de formação de opinião pública. A *Berks Community TV* em Reading, Pennsylvania, empenhou-se num projeto inicialmente financiado em parte

pela *National Science Foundation* (Fundação Nacional de Ciência) para estimular a participação de cidadãos da terceira idade nas questões da comunidade. Os organizadores fizeram isto criando uma programação interativa e participativa na qual os cidadãos da terceira idade podiam estabelecer diálogo com os líderes comunitários. A programação teve tanto sucesso que se transformou num repositório de programas de governo da comunidade dirigidos para o público em geral. Num dos programas, *Inside City Hall (Dentro da Prefeitura da Cidade)*, os vereadores participaram de um diálogo com o público a respeito de uma série de questões. Karen Miller, que havia se mudado recentemente para Reading e era a primeira mulher a fazer parte da Câmara de Vereadores, beneficiou-se tanto da exposição na mídia que empreendeu uma bem sucedida campanha para se tornar prefeita de Reading em 1979.

Dadas as potencialidades dos enfoques de Lippmann e Dewey, é instrutivo observar a diferença na interpretação do projeto tanto pelos autores como por Neuman. Os autores sugerem ser plausível que *aBCTV* e o *Inside City Hall* tiveram um impacto “revolucionário” na política de Reading, de tal ordem que a deliberação aberta sobre assuntos, no contexto da participação dos representantes eleitos, levou a um renascimento democrático da política local (Abramson et al., 1988). Neuman, por outro lado, explicou o sucesso do experimento de Reading como proveniente do fato de *aBCTV* ter se tomado um instrumento conveniente para a ascensão de Karen Miller ao poder. O sucesso da *BCTV*, em outras palavras, decorreu do quão útil ela se tomou para a elite política (Neuman, 1991).

Robert Dahl – do realismo democrático ao idealismo de Dewey.

Enquanto a luta para interpretar o significado de eventos transitórios é crucial, talvez a maior parte do esforço dependa da luta para impor a interpretação aceita do contexto geopolítico mais amplo. Por um lado, em seu livro de 1991, *The Future of the Mass Audience (O Futuro do Público de Massas)*, que resume os resultados de um estudo de cinco

anos sobre o impacto das novas tecnologias na mídia de massa, realizado em cooperação com planejadores empresariais de alto nível da *ABC*, *CBS*, *NBC*, *Time-Warner*, do *New York Times* e do *Washington Post*, Neumann propõe uma análise da mudança política, relacionada unicamente com o fenômeno rotineiro do realinhamento político partidário. Ele sugere que a agitação política atual talvez resulte do maior desses realinhamentos desde o começo das atividades político-partidárias americanas. Ele não propõe um contexto de mudança maior do que o que pode ser explicado pelo sistema partidário, o qual é uma das instituições que se constituem em pedra fundamental do moderno pluralismo que enfatiza a “política de grupos de interesse”. É concebível que os que se alçassem ao poder pudessem forçar a imposição de uma interpretação tão limitada de mudança histórica. O resultado mais provável seria a aceleração da democracia, que protegeria os interesses das elites encasteladas e impediria a possibilidade de um renascimento democrático (Neuman 1991).

Por outro lado, a interpretação de Robert Dahl, o eminente teórico da política de grupos de interesses do século XX, é muito mais incisiva e perturbadora. Dahl argumenta que “a proliferação das atividades e decisões transnacionais reduz a capacidade do cidadão de um país de exercer controle sobre questões vitalmente importantes para ele por meio do seu governo nacional” (Dahl, 1989: 319). De fato, torna-se cada vez mais evidente que as organizações econômicas e políticas estão, com a ajuda das redes globais de computadores, realizando negócios sem considerar as fronteiras da nação-estado. Além disso, Dahl sugere que a capacidade de argumentar em favor de qualquer fronteira na qual o juízo de um segmento democrático específico deva ser mantido, seja uma cidade, uma nação ou o mundo inteiro, vai além da teoria democrática. Em outras palavras, não existe razão teórica para que um segmento democrático de uma nação-estado se transforme em unidade política básica. Tais coisas são, antes, uma questão de contingência histórica. O resultado desses dois fatores é a previsão de que a mudança na escala de tomada

de decisão política deslancharia outras mudanças no processo político. Estas mudanças serão tão importantes quanto a mudança no processo de tomada de decisões em nível da cidade-estado, indo para o nível da nação-estado. A preocupação básica de Dahl é assegurar que a democracia sobreviva às mudanças. Ele não tem certeza, no entanto, se a democracia sobreviverá.

Aqui existe um conflito crucial e imediato entre Neuman e Dahl. Por um lado, Neuman, o herdeiro moderno de Lippmann, afirma que um eleitorado mal-informado e o poder do sistema institucionalizado da mídia de massa continuarão a apoiar um sistema democrático pluralista, no qual as elites em competição alcancem o poder através da concorrência num mercado de idéias. Este será um novo sistema democrático pluralista, com mais informação, com uma diversidade de opiniões ligeiramente maior e um pouco mais de participação (Neuman, 1991). Por outro lado, Dahl, um dos principais arquitetos da teoria democrática pluralista no decorrer da metade do século, afirma que há uma diferença importante entre aquela época e agora. Dahl sustenta que ele participou do trabalho indispensável de adaptação de um sistema democrático de governo às necessidades de uma nação-estado vasta e complexa, ao “transplantar a sabedoria dos guardiães para a soberania popular dos segmentos democráticos”. Agora as pessoas estão empenhadas no trabalho de “transportar os símbolos da democracia para a custódia “de facto” das elites políticas” (Dahl, 1989: 337).

Este conflito entre Neuman e Dahl depende de se entender ser ou não necessária alguma fé nas idéias democráticas e alguma devoção a elas, para a sobrevivência do processo democrático. Como temos visto, Neuman separa cuidadosamente toda referência às idéias democráticas, destacando-as do processo político pluralista que, supostamente, funciona seja a despeito ou em razão de a massa do eleitorado ser terrivelmente mal-informada. Dahl, por outro lado, argumenta que mesmo os mais altos dignitários na democracia pluralista foram, no decorrer da metade do século XX,

forçados a competir pelo voto popular, embora existissem desigualdades gritantes em termos de oportunidades de participação. Isto significou que o poder era até certo ponto derivado de um conceito do “demos” (segmento democrático). A soberania popular era, portanto, um tanto crua em nível da complexa nação-estado. Dahl argumenta que as estruturas institucionais do que ele chama de poliarquia II – que inclui sufrágio universal, eleições regulares, imprensa livre, direito de formar partidos – eram e continuam a ser necessárias para assegurar o processo de tomada de decisões numa unidade política ampla que seja sensível, no grau mais amplo possível, às preocupações dos cidadãos. Entretanto, devido à complexidade crescente que resultará das mudanças que ele identifica, Dahl não crê que as instituições tradicionais da poliarquia II constituam-se em fundamento para o processo de tomada de decisão em qualquer conceito que seja adotado do “demos”. Ele sustenta, portanto, que as sociedades modernas precisam fazer um esforço conjunto para formar novas estruturas institucionais que permitam a realização em certa medida, mesmo que imperfeita, das idéias democráticas. Deve haver, em outras palavras, um movimento para além da poliarquia II, rumo a uma até agora não concretizada poliarquia II. As novas estruturas precisam oferecer ao cidadão a oportunidade de praticar esses direitos democráticos como liberdade de expressão, de imprensa e de reunião e o direito de formar partidos políticos. Além do mais, as novas estruturas, enraizadas na fé e nas idéias democráticas da soberania popular, e na devoção a elas, precisam possibilitar um processo democrático saudável nos níveis local, regional, nacional e internacional.

Dahl confronta-se diretamente com o que ele chama de “teorias de dominação da minoria”, que propõem que uma elite pequena sempre possuirá uma quantidade radicalmente desigual de poder e que o grosso da população estará sempre sujeita ao controle dessa pequena elite. Ele conclui que não há definitivamente maneira de provar ou não provar os principais questionamentos que os teóricos da dominação da minoria têm em comum. Não obstante, é necessário rejeitar essas

teorias como base para a condução da formação política porque elas envolvem ou uma devoção a uma “revolução apocalíptica” como no caso de Marx e Gramsci, ou uma negatividade paralisante e uma sensação de “desesperança”, como no caso de Mosca e Pareto. O fato é que um membro de uma elite não pode nunca saber melhor do que um determinado cidadão o que é necessário para que este cidadão se desenvolva. Construir um sistema político que permita a uma elite determinar o que é melhor para o conjunto dos cidadãos sem se esforçar em construir um sistema de controle de responsabilidade é, simplesmente, desaconselhável. Significativamente, Dahl volta sua atenção para além das situações caracterizadas por uma exibição direta de poder pelas elites sobre a massa popular. Em lugar disso, ele focaliza os exemplos sutis nos quais as elites manipulam a “vontade popular” para garantir resultados eleitorais predeterminados, através do controle disfarçado sobre a “cadeia de comando” entre as elites e a massa do eleitorado. É extremamente difícil provar a existência de dominação da minoria através desse processo complexo, que é tão similar na sua descrição do sistema de formação de opinião pública em dois passos ou em múltiplos passos, descrito por Neuman. Por um lado, o processo democrático, não importando quão fraca seja a definição de democracia, pode ser considerado como existente se as instituições da poliarquia II estiverem funcionando adequadamente. Por outro lado, que tal se as elites políticas e os profissionais de mídia mais intimamente associados ao sistema de formação de opinião pública operarem com base em interesses que transcendam as fronteiras políticas da nação-estado? Que tal se estas elites obtiverem poder significativo sobre os representantes eleitos e também a capacidade de construir uma opinião pública? Não existe, por conseguinte, da parte destas elites e dos representantes eleitos que as servem, nenhuma responsabilidade em relação a qualquer conceito dos “demos”. O sistema político é, portanto, “quase uma custódia de fato”. Não é uma custódia apropriada, uma vez que as elites, dentro da atividade própria de guardiães, assumem a responsabilidade que lhes é atribuída por um

sistema construído para ser dirigido por guardiães. Uma quase custódia é pior do que uma custódia verdadeira porque o sistema continua a ser, pelo menos no nome, democrático. Os quase guardiães não estão, portanto, obrigados a assumir responsabilidade por decisões tomadas com base no poder usurpado dos “demos”.

Dahl sugere que a nova tecnologia de comunicações podia ser útil para deslocar o processo político da poliarquia II para a poliarquia III. De modo pragmático, Dahl conclui que devíamos “abandonar a perfeição filosófica dos princípios substantivos do bem comum e procurar em lugar disso a perfeição prática dos processos para alcançá-lo”. Especificamente, ele mira a opinião pública, sugerindo que o uso criativo da nova tecnologia de comunicações poderia resultar em novas instituições construídas para assegurar o desenvolvimento e a existência continuada de um maior “público atento”. Este público poderia criar um controle sobre essas elites “influenciando as decisões governamentais, não só diretamente mas também indiretamente, através da sua influência sobre as opiniões das massas e da elite”. Em qualquer caso, uma nova tecnologia pode ser usada de várias maneiras danosas à democracia, “sem um esforço consciente” para usar nova tecnologia de comunicações “em nome da democracia” (339).

Ao final de seu livro *Democracy and Its Critics (Democracia e Seus Críticos)*, Dahl sugere um modo de usar a nova tecnologia para criar uma nova estrutura institucional, o “minipopulus”, no qual uma amostra de mil cidadãos é treinada para se transformar no “público atento” que ele deseja. Embora haja muito mérito no trabalho de Dahl ao restaurar a devoção ao ideal democrático do autogoverno, ele não supera o paradoxo da política de massa ou o poder obtido através da economia política do sistema institucionalizado da mídia de massa, talvez porque lhe falte competência na compreensão da mídia. Não obstante, teóricos como James Fishkin têm tentado concretizar a visão de Dahl sob a forma de pesquisa de opinião pública com intenção de voto (Fishkin, 1991).

A revolução das comunicações

Em 1997, setenta anos depois da obra de Dewey, *The Public and Its Problems (O Público e Seus Problemas)*, todos os comentadores, virtualmente, confirmaram que a nova tecnologia de comunicação altera a atividade em conjunto. A comunicação mediada por computador permite participação ativa do indivíduo no mundo da informação, em lugar do consumo passivo da informação produzida em massa. A comunicação mediada por computador – CMC – está criando um ambiente novo, digital, no qual dados contidos em texto, áudio e vídeo podem ser manipulados à vontade e enviados ou recebidos por poucas ou muitas pessoas, como for desejável, a qualquer distância geográfica. A nova tecnologia, constata-se, tem propriedades características que tendem a aumentar a possibilidade de escolha do usuário e o controle sobre a informação, horizontalmente, de pessoa para pessoa, contrastando com o fluxo de informação verticalizado, de cima para baixo (Abramson et al., 1988; Sola Pool, 1983; Bonchek, 1996). A nova tecnologia favorece a comunicação ativa entre os agrupamentos sociais de tamanho médio, preenchendo aquilo que Tetsuro Tomita, em 1980, provou ser uma “brecha social” entre a interação imediata da comunicação, como é a conversação frente a frente e o telefone, e as diversas mídias de massa, como o livro, o cinema, a revista, a televisão e o rádio (Tomita, 1980).

É amplamente difundida a crença de que a criação constante e a atividade contínua dos agrupamentos sociais de tamanho médio, fora do campo de ação, seja de fronteiras geográficas, seja de instituições da mídia tradicional, estejam causando impacto sobre as instituições econômicas, políticas e sociais. Com a aplicação da nova tecnologia de comunicações à política, um aumento dramático na participação provavelmente terá um impacto no processo político que irá desencorajar a participação ativa dos cidadãos. A instabilidade no processo político provavelmente resultará de um conflito entre a massa dos cidadãos que exigem, com base na tradição, sua participação no processo político e um processo político

projetado para funcionar bem, a despeito de uma massa de cidadãos desinformados e passivos em sua maior parte. A capacidade ampliada de participação tem, de fato, despertado o interesse pelas idéias de Jefferson. Na sua campanha para Presidente dos Estados Unidos em 1992, Ross Perot popularizou o conceito de “electronic town hall”, ou “assembléia eletrônica³”. Em 1993, o Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, escreveu: “Gostaríamos de ver uma Infra-estrutura de Informação Nacional que permita aos indivíduos serem tanto produtores quanto consumidores de informação, que permita ‘comunicação de muitos para muitos’... estamos interessados em atuar em cooperação com a indústria e o mundo acadêmico para promovermos uma visão compartilhada de uma infra-estrutura versátil para fins genéricos com uma arquitetura *jeffersoniana*” (Gore, 1993). Em 1995, o novo serviço computadorizado de informação do Congresso foi apelidado de Thomas, em homenagem a Thomas Jefferson, por imposição do novo Presidente da Câmara, Newt Gingrich. Estes são sentimentos e atos com potencial para gerar conseqüências, dado o fato de que a maioria dos atores dentro do sistema político pulverizaram toda tentativa efetiva de se aderir às idéias de Jefferson, há muitas gerações. Claro está que a estabilidade política será renegociada, em grande parte, à medida que a nova tecnologia da mídia for incorporada às novas instituições socioeconômicas e políticas que atendam às necessidades da massa e, destarte, possibilitem a atuação continuada dos sistemas de poder.

Um sistema democrático de formação de opinião pública não é, contudo, prioridade das forças na política, na mídia de massa e nas ciências sociais, as quais tenderiam, antes, a favorecer uma filosofia política ao estilo de Lippmann, na qual as idéias democráticas não constituem uma variável a ser avaliada com relação ao funcionamento do sistema político. As elites entrincheiradas, como Russel Neuman persuasivamente argumenta no seu *The Future of the Mass Audience* (*O Futuro do Público de Massas*), dependem da psicologia passiva do público de massa e dos interesses econômicos das

estruturas institucionais da mídia de massa para garantir a função da mídia dentro da máquina do processo político. Particularmente crucial, no estudo de Neuman, será o fato de que o público de massa é extremamente resistente ao impacto da nova tecnologia sobre o comportamento conjunto. Como escreve Neuman: “Quando se trata de obter informação e cultura dentro do mercado, a população como um todo se vê bastante satisfeita. A frustração difusa e a necessidade não atendida de novas idéias e nova mídia são, em sua maior parte, as fantasias prediletas de uma pequena elite artística e de pensadores sonhadores” (Neuman, 1991: 146). Em particular, de acordo com Neuman, a psicologia passiva do público de massa resulta numa reação negativa principalmente à característica da nova tecnologia denominada de interatividade.

Com o ambiente político favorável à indústria, o qual passou a existir em Washington depois das eleições de janeiro de 1994 e da edição da Lei de Reforma das Telecomunicações, a qual o Vice-Presidente Al Gore considerou “abominável para o interesse público”, as elites entrincheiradas ficaram bem posicionadas para ampliar suas metas. Por exemplo, a Lei de 1996 afrouxou as normas sobre a propriedade cruzada e encorajou os conglomerados. Uma vez implantada esta lei, a *Disney* fundiu-se com a *Capital Cities/ABC*, a *CBS* com a *Westinghouse* e a *Time-Warner* com a *Turner Broadcasting*, somando-se a um pequeno agrupamento de interesses econômicos transnacionais potencialmente capazes de colocar, virtualmente, qualquer forma de conteúdo, por meio de qualquer mídia, em qualquer residência no mundo. Embora alguns requisitos para a prestação de serviços públicos permaneçam na lei, ainda não existe até o momento lugar para usos cívicos da nova tecnologia, que venham a ter efeito em face do poder global dos novos conglomerados. Os indivíduos associados aos novos conglomerados, contudo, estão ativamente organizando projetos que farão avançar a democracia eletrônica, de uma maneira ou de outra. Um exemplo possível é o *DemocracyNetwork*, (Rede Democrática), criado pelo Instituto de Estudos de Governo e financiado pela segunda maior rede de TV a cabo dos Estados Unidos, a

Telecommunications Inc., TCI, de propriedade de John Malone, que também possui 20% da *Turner Broadcasting*, que acabou de se fundir com a Time-Warner, a maior rede de TV a cabo dos Estados Unidos. Embora eles estejam experimentando agora a interatividade oferecida pela Internet, a definição de interatividade que fundamentou no início o Canal da Democracia era a de uma TV de duas vias, ou interativa (Grossman, 1995; Schwartz, 1994). É provável que os julgamentos públicos transmitidos pela Time-Warner em Orlando, Flórida, tenham sido fortemente influenciados pela TV-de-controle remoto-com-uma-porção-de-botõezinhos, que John Malone e o Presidente da Câmara, Newt Gingrich, apresentaram ao público de televisão como a vanguarda da interatividade, durante um programa, em fevereiro, na estação conservadora *National Empowerment Television Channel*.

Sustento, para estabelecer um contraste, que um novo público já emergiu como resultado de comunicações mediadas por computador e que este público está começando a se reconhecer como tal. Argumento que, cada vez mais, os líderes de opinião e outras elites políticas e não políticas se ajustarão ao usuário efetivo da tecnologia interativa de comunicações mediadas por computador. Estes dois grupos irão cruzar-se diretamente com o que Robert Reich chama de nova classe de “analistas simbólicos”. Isto resultará numa outra classe, ainda, a que chamarei simplesmente de “elite da informação”. Afirmo que a psicologia destes assim chamados líderes de opinião, do usuário da tecnologia interativa de comunicações mediadas por computador, do analista simbólico e da elite da informação será crucial no que respeita ao futuro das regras democráticas, à máquina política e às estruturas aristocráticas da mídia de massa dentro da máquina política sabidamente democrática. Este novo público emergente terá um forte interesse próprio na revitalização das idéias democráticas, procurará cobrar responsabilidades de seus representantes eleitos e será motivado para garantir a construção da nova máquina política para assegurar o processo democrático na tomada de decisões no século vindouro. Especificamente, este novo público será o agente que assegu-

rá a democratização dos sistemas de formação de opinião pública. Dewey indaga: “O público é um mito? Ou ele só chega a existir em épocas de transição social marcante, quando questões alternativas cruciais se sobressaem?” (Dewey, 1927: 123). Se a revolução das comunicações coincidir com o renascimento democrático será em razão do fato de que a tecnologia preenche a necessidade de uma comunidade mais ampla e a necessidade de maior autonomia, e o mercado é forçado a adaptar-se à esta necessidade.

Renascimento das idéias de Dewey

Com o desenvolvimento da nova mídia, a identificação de um público emergente e a identificação de uma motivação do público no trabalho de garantir o futuro das regras democráticas, preservando-as das possibilidades antidemocráticas, resta investigar como Dewey sustentava que o público precisava de ser organizado para dar substância às idéias democráticas na própria máquina política. Dewey notou, com pesar, o absurdo de seu esforço em esclarecer os possíveis modos de organização, numa época em que as condições para a emergência de um público estavam tão distantes da realidade. Mesmo assim, ele oferece idéias que são notadamente úteis no contexto da nova tecnologia. De fato, a análise aparentemente utópica de Dewey é um guia mais preciso para os potenciais do momento do que as obras de escritores como Barber, Arterton e Dahl, que tratam da relação da nova tecnologia das comunicações e da teoria democrática com a Internet. Uma razão de a análise de Dewey ser um guia melhor de ação é a liberdade que ele permite de imaginar uma tecnologia de comunicações poderosa o bastante para ser organizada com o fim de tornar visíveis certas verdades que ele se dá ao trabalho de esclarecer em sua filosofia. Outra razão correlata é que ele procura explicar como incorporar a devoção ao ideal democrático de auto governo na máquina política existente e, assim, oferece uma resposta direta à análise de Lippmann sobre a necessidade de a mídia de comunicações garantir que o processo político funcione, a despeito de uma massa de cidadãos desinformados.

Em outras palavras, Dewey imagina uma tecnologia de comunicações que favoreceria o arcabouço de idéias em que ele acredita, em contraposição ao conjunto de idéias nas quais Lippmann acredita. Escritores modernos da era pré-Internet, por outro lado, inclinam-se a enxergar as estruturas que Lippmann definiu para a mídia de massa como, até certo ponto, inevitáveis porque são poderosas e têm operado há bastante tempo. Portanto, eles não são capazes de conceber uma nova tecnologia com poder suficiente para desafiar a função da mídia de massa no processo político. No geral, eles recaem na necessidade de intervenção do governo para melhorar a situação. Como as tendências antidemocráticas no governo são a maior parte do problema, este caminho transforma-se numa opção impraticável. Assim, hoje, num período de transformação causada em parte pela nova tecnologia, Dewey oferece uma orientação original sobre como organizar um público emergente e fornece uma solução para a economia política da mídia de comunicações e, especialmente, para o paradoxo da política de massa, ambos assinalados por Neuman.

O método experimental e a democracia

Dewey propõe a aplicação do método experimental à pesquisa social como base para um sistema de formação de opinião pública. Em linhas gerais, ele crê que as ciências naturais adotaram um método poderoso, através do qual é coletada evidência a partir da experiência concreta, a qual é submetida a um período de testes rigorosos, é interpretada e está *ad infinitum* sujeita à discussão e a novos testes dentro da comunidade de cientistas empenhados no trabalho de pesquisa. Para Dewey, o desenvolvimento deste método experimental é o modelo perfeito para uma prática democrática aperfeiçoada, porque está baseado no mundo concreto e depende de uma discussão aberta e indagadora dentro de uma comunidade de estudiosos interessados. Especificamente, ele reflete uma compreensão mais sofisticada da natureza do inter-relacionamento entre o cientista isolado, a comunidade acadêmica e um determinado campo de conhecimento. Embora Dewey elogie o desenvolvimento do método experimen-

tal nas ciências naturais, ele argumenta que os homens continuam a temê-lo quando aplicado às questões humanas. Além do mais, é problemático que os homens, através do domínio do método experimental e do desenvolvimento das ciências naturais, tenham “colocado em suas mãos ‘ferramentas físicas’ de incalculável poder”. A despeito do fato de haver chegado a obter este incalculável poder, o homem não conseguiu sofisticação na condução dos assuntos humanos que lhe possibilitasse empregar o poder para usos construtivos. Assim, escreve Dewey: “A instrumentalização transforma-se numa mola mestra e atua como se possuísse uma vontade própria – não porque ela tenha uma vontade, mas porque o homem não a tem” (Dewey, 1927: 175). Conclui-se que o método experimental deva ser aplicado às questões humanas. Como a máquina de formação da opinião pública se coloca no eixo da inovação tecnológica e das questões humanas, o método experimental deve ser aí aplicado.

Dois sistemas de formação de opinião pública

Dewey pinta um quadro contendo dois sistemas alternativos de formação de opinião pública, um dos quais ele reputa ser coerente com a expressão “opinião pública”, e o outro, não. O primeiro sistema é vital para o estabelecimento de uma devoção às idéias democráticas na máquina política real. Afirmar Dewey: “A comunicação dos resultados de uma investigação social é a mesma coisa que a formação de opinião pública. Isto destaca uma das primeiras idéias moldadas no crescimento da democracia política assim como será uma das últimas a serem postas em prática” (177). Para Dewey, a verdadeira opinião pública é a comunicação ampla e ilimitada dos resultados da investigação social. O processo político democrático depende do nível e da qualidade do juízo emitido pelo conjunto dos cidadãos. As idéias democráticas não poderão ser concretizadas mais efetivamente até que surja um sistema de formação de opinião pública que auxilie na construção de um nível elevado de juízo político pela massa dos cidadãos. Ponto chave no sistema de formação de opinião pública imaginado por Dewey é que o processo de investigação social seja tanto sistemático

quando perfeito em sua operação, “empregado em observar, relatar e organizar o verdadeiro material objeto de estudo”. Ele deve ser construído metodicamente, de maneira a ser capaz de resultar num alto nível de inteligência socializada. Para ser verdadeiramente democrático, no entanto, esta inteligência socializada deve ser construída, na prática, por meio de comunicação integral, aberta e livre.

O segundo sistema delineado por Dewey é a interpretação que faz da análise de Lippmann do que a opinião pública deveria ser. Dewey afirma que “a opinião casuísticamente formada por aqueles que têm algo a ganhar com a mentira só pode ser opinião pública no nome”. Tal sistema de formação de opinião pública é altamente problemático porque não é nem um processo sistemático, nem aberto e livre. O resultado, portanto, nem é um alto nível de juízo político na comunidade, nem um juízo político que reflita o funcionamento do ideal democrático de autogoverno. É, antes, um juízo político disparatado, sob o controle de interesses econômicos privados. Como escreve Dewey: “O que quer que obstrua e restrinja a publicidade, limita e distorce a opinião pública e impede e distorce a reflexão sobre questões sociais” (167).

A crença de Dewey de que a democracia será “consumada quando a investigação social livre estiver indissolúvelmente baseada na arte da comunicação integral e motivadora” está baseada na crença de que, do ponto de vista ideal, democracia e vida comunitária são sinônimos. Como ele escreve: “A consciência nítida de uma vida comunitária, em todas as suas implicações, constitui a idéia da democracia” (149). Desconsiderando a realidade da máquina política democrática ao escrever, Dewey prevê um tempo em que a fusão entre a investigação social e a tecnologia das comunicações abarcará o entendimento tanto das idéias democráticas quanto do significado da vida comunitária. Na nova máquina de formação de opinião pública, um novo tipo de conhecimento e percepção será gerado para a comunidade, tanto pelo participante individual quanto pelos participantes em conjunto. Este conhecimento sobre a natureza do inter-relaciona-

mento entre o indivíduo e a comunidade ajudará o indivíduo a “aprender a ser humano” e, no processo, a superar a divisão entre indivíduo/sociedade, que está na base da máquina política que se desenvolveu no decorrer do tempo e se perpetuou nas propostas de Walter Lippmann. Sobre este conhecimento, Dewey declara que “aprender a ser humano é desenvolver, através do ato de dar e tomar que a comunicação permite, um sentido genuíno de ser um membro individualmente distinto de uma determinada comunidade, que compreende e aprecia suas crenças, aspirações e métodos e que contribui para a conversão posterior do poder orgânico em recursos humanos e valores” (154). Em outra parte escreve Dewey que “um indivíduo não pode se opor à associação que ele integra, nem a associação pode ser contrária aos seus membros” (191). Considerando sua análise do que é necessário para que uma máquina de formação de opinião pública sustente idéias democráticas, Dewey ataca o sistema de formação de opinião pública, de propriedade privada, que privilegie a transferência da informação diretamente da organização de mídia para cada membro isolado do público. O processo democrático de tomada de decisões deve ser baseado no conhecimento dos fenômenos sociais, e tal conhecimento não pode existir quando a informação está “confinada à consciência individual”. Dewey questiona a noção de que “os homens podem ser livres em seu pensamento, mesmo que não o sejam na expressão e difusão do mesmo” tenha se originado da crença de que podia existir uma mente “completa em si mesma, separada da ação e dos objetos”. Esta hipótese errônea data de uma época em que os primeiros democratas apresentaram suas concepções automotivadas do indivíduo livre como um indivíduo isolado, separado do comportamento associativo. Como procuramos mostrar, para concretizarmos mais completamente as idéias democráticas, deve haver um público emergente que supere este dualismo falso. O conhecimento dos fenômenos sociais deve, portanto, ser repartido de modo que a informação possa ser posteriormente obtida e que o conhecimento resultante da discussão dessa informação possa ser posteriormente testado por meio do processo vigente dentro da comunidade.

Comparando as realidades econômicas da mídia de massa

Ao buscar um sistema democrático de formação de opinião pública, Dewey entende que as realidades econômicas devem ser comparadas. Segundo ele, “é futilidade ignorar e negar os fatos econômicos. Eles não cessam de atuar pelo fato de nos recusarmos a notá-los, ou pelo fato de procurarmos obscurecê-los com um sentimentalismo fantasioso” (156). Para ter êxito, todo sistema alternativo de formação de opinião pública deve comparar as motivações econômicas do sistema de formação de opinião pública proposta por Lippmann e, nos atuais, o peso econômico das estruturas institucionalizadas da mídia de massa. Hoje, as questões que envolvem a futura da propriedade privada são particularmente relevantes. Como perguntam os autores de *A Magna Carta for the Knowledge Age (Uma Constituição para a Era do Conhecimento)*: “Quem definirá a natureza dos direitos de propriedade no espaço cibernético, e como? Como podemos atingir um equilíbrio entre sistemas abertos interoperativos e a proteção da propriedade?” (Dysan et al., 1994). A complexa literatura dos direitos de propriedade na “era da informação” está além do escopo desta tese. Entretanto, a análise conceitual que Dewey faz dos dois sistemas de formação de opinião pública oferece orientação sobre como um público emergente poderia libertar o sistema de formação de opinião pública, para fins de tomada democrática de decisão, do sistema de mídia de massa de propriedade privada no qual está embasado. Tal ação do público é necessária à derrubada do falso dualismo há muito enraizado e à abertura do caminho para o ressurgimento democrático

A comunidade local

Em primeiro lugar, Dewey enfatiza que a nova tecnologia deve ser empregada na comunidade local se as idéias democráticas estiverem muito perto de ser concretizadas. Para ele, “somente quando partimos da comunidade como um fato e o apreendemos em pensamento, de modo a esclarecer e aprimorar seus elementos constitutivos, podemos chegar a uma idéia

de democracia que não é utópica” (149). A necessidade de relacionar o sistema de formação de opinião pública mais estreitamente à comunidade local é um dos mais importantes requisitos caso a democracia sobreviva no século XXI. Justifica sua importância o fato de a nova tecnologia capacitar os indivíduos a se comunicarem com os outros a despeito das fronteiras geográficas. Esta “libertação da geografia”, com a concepção das “comunidades virtuais” (Rheingold, 1994), tem, para alguns, se tornado uma das qualidades que definem a “era da informação” a que estamos assistindo. Em resumo, assumo a posição de que o conceito de “comunidades virtuais”, embora possua muitas virtudes, torna-se uma ameaça ao processo democrático quando se faz a sugestão de que as idéias democráticas são aplicáveis basicamente às “comunidades virtuais” em lugar de comunidades geograficamente situadas. De modo significativo, alguns grupos interessados têm considerado a ascensão da comunidade virtual e o posterior eclipse da comunidade local como ponto pacífico. Os autores de “Uma Constituição para a Era do Conhecimento”, por exemplo, escrevem: “Está claro que...o ciberespaço desempenhará um papel importante na tessitura das diversas comunidades do amanhã, facilitando a criação de “vizinhos eletrônicos” unidos, não pela geografia, mas por interesses compartilhados” (Dyson et al., 1994). Tais trabalhos retóricos visam a estender o sistema corrente de formação de opinião pública a uma nova era, continuando a separar o indivíduo do contexto em que ele está inserido. Isso permite que as pessoas acreditem mais facilmente na noção de que o indivíduo isolado está em liberdade. A chave para um sistema à moda de Dewey é que ele está enraizado numa comunidade local atuante. Dewey escreve: “Numa palavra, a expansão e o reforço do juízo e da compreensão pessoal, através da riqueza intelectual cumulativa e transmitida pela comunidade, a qual pode tornar sem valor a acusação que se faz à democracia com base na ignorância, preconceito e leviandade das massas, só podem ser completados no quadro de relações interpessoais da comunidade local” (Dewey, 1927: 218).

Preenchendo a falha da mídia

Em segundo lugar, Dewey procura compreender uma necessidade a que só recentemente se tomou possível atender. De modo especial, a ênfase de Dewey na importância da comunidade local, dos sistemas de comunicações e da tomada democrática de decisões, possibilita-lhe abordar o espaço comunicador ao qual Tetsura Tomita se refere como a “falha da mídia”, existente entre as formas de comunicação imediata e a mídia de massa (Tomita, 1980). Os escritos de Dewey sobre a importância da interação face a face (Carey, 1989; Lasch, 1995), por um lado, e sua sugestão de que o processo da inteligência socializada deve ser canalizado rapidamente para a mídia impressa, por outro lado, são indicações de que a imaginação dele estava funcionando na mesma área que a ocupada pelo brilhante potencial da comunicação mediada por computador. Particularmente importante é a característica da interatividade que permite que grupos de indivíduos, virtualmente de qualquer número, comuniquem-se livremente uns com os outros. A interatividade pode permitir a construção de um contexto no qual os cidadãos podem auferir os benefícios da conversação frente a frente e os benefícios da publicação em massa da palavra escrita. O que é necessário e possível é a fusão das culturas oral e impressa (Hamad, 1996).

Interatividade e novo público

Em terceiro lugar, Dewey sugere que, uma vez que a tecnologia esteja disponível, o público se revelará. Ao fazê-lo, o público se tomará altamente politizado, mudando potencialmente o processo político. Mais especificamente, Dewey parece buscar uma forma de comunicação específica intermediária, que permitirá à comunidade a criação de uma ponte entre o indivíduo isolado e os sistemas nacionais de comunicação. Assim, a tecnologia apoiará a restauração da vida comunitária, enquanto conserva seus laços com o diálogo nacional que protege a comunidade e a nação contra os perigos do paroquialismo. Assim ele escreve: “Em algum lugar, entre as associações que são estreitas, próximas e de caráter

intimista e aquelas que estão tão distantes de forma que com elas mantenhamos apenas contato infreqüente e casual, encontra-se a província do Estado” (Dewey, 1927: 43). Noutras palavras, quando uma nova tecnologia permite a emergência de um público maior que o de uma comunidade agrícola, mas menor que o de uma nação, e quando a tecnologia é bastante flexível para permitir deliberação local bem como regional, nacional e mesmo internacional, isso terá conseqüências importantes para a unidade política.

Eleições e representantes eleitos

Em quarto lugar, conforme o texto de Dewey, a formação de um Estado na sociedade democrática depende da eleição de representantes pelo povo. Portanto, o estabelecimento de um novo sistema de formação de opinião pública provavelmente terá origem nas mudanças neste aspecto do processo político. Embora Dewey não afirme explicitamente que um novo sistema de formação de opinião pública será obrigatoriamente implementado durante o período eleitoral, a sugestão pode ser deduzida a partir da sua ênfase sobre a importância deste ponto no qual o público e o possível representante eleito se encontram. Ele escreve com sarcasmo sobre este ponto de contato dentro do processo político como o que existia no seu tempo: “Existem cidadãos que têm a bendita oportunidade de votarem por meio de uma cédula em homens que lhes são, na maioria, desconhecidos, a qualhes é preparada por uma máquina clandestina composta por uma panelinha de políticos cuja atuação se constitui numa espécie de predestinação política” (120). Isto está em nítido contraste com a idéia de Dewey de o sistema estar espalhado na comunidade local para a criação de inteligência socializada, a educação da opinião pública a respeito dos possíveis representantes a serem eleitos e o auxílio no processo eleitoral. Naturalmente, uma vez implementada, a nova máquina de formação de opinião pública serviria como controle, um sistema de supervisão sobre os representantes eleitos. Isto ajudaria na criação de uma avaliação de alto nível do desempenho para que o público pudesse utilizar durante o próximo período eleitoral. Dewey afirma: “Somente através de cons-

tante vigilância e crítica sobre seus homens públicos por parte dos cidadãos pode um Estado manter sua integridade e utilidade” (69).

Do controle da agenda da mídia de massa ao surgimento da elite de informações

Uma vez que exista um sistema de comunicações flexível, intermediário, que permita a emergência da voz de um novo público, aplicado ao processo político durante o período eleitoral, dentro de uma comunidade local, este não deve ser reprimido por um sistema privado de formação de opinião pública. O público que tenha emergido e sido assim organizado deve ser o agenciador para assegurar que o novo sistema de formação de opinião pública seja projetado para servir ao novo público no projeto de auto governo democrático. Para atingir esta meta, ele deve se desembaraçar dos interesses da mídia privada. Caso contrário, a falsa dualidade será facilmente perpetuada na mente das pessoas. De acordo com a análise datada de Dewey, a função da imprensa deve ser separada da sua dependência de interesses financeiros. Uma vez separada, a natureza das notícias mudará dramaticamente para melhor. Dewey escreve: “Exatamente do mesmo modo que uma indústria dirigida por engenheiros em bases tecnológicas factuais seria muito diferente do que na verdade é, assim a montagem e o relato de notícias seriam uma coisa muito diferentes se os interesses legítimos dos repórteres tivessem permissão para atuar livremente” (182). Talvez seja impraticável a idéia de que os repórteres, que precisam ganhar o pão para prover às suas famílias, possam se libertar ou ficar libertos dos interesses particulares que governam as empresas de comunicação. Os interesses da mídia privada não vão desaparecer na “Era da Informação” e eles empregarão repórteres. É necessária, porém, a separação do novo sistema de formação de opinião pública, que opera durante o ciclo eleitoral, como foi salientado acima, do domínio dos interesses pecuniários. Não existe forma pela qual um sistema como esse pudesse ser considerado democrático, a menos que seja aberto a toda a comunidade de participantes

em potencial. Além do mais, um sistema aberto de comunicações é viável. A tecnologia atual é bastante flexível para permitir a construção de um sistema aberto. E mais, existe de fato uma agência para garantir que seja construído um sistema aberto de comunicações.

Enquanto Russel Neuman sugere que o resultado da revolução das comunicações será um aperfeiçoado “processo de múltiplos passos” na formação da opinião pública, em que a informação continua a fluir da mídia de massa para a camada da elite e desta para o público em geral, sugiro um sistema democratizado de formação de opinião pública onde o novo público, a elite da informação, participa de um sistema aberto de investigação social no contexto do ciclo eleitoral. A deliberação democrática resultante fará parte, obrigatoriamente, do “furo” da comunidade jornalística. Desta maneira outras mídias o comunicarão ao público em geral, que optou por não participar. Assim, a informação no centro do processo será objeto do debate comunitário, em lugar da informação coletada por repórteres que trabalham para organizações de propriedade privada. O conhecimento resultante, por conseguinte, será aquele que é distribuído ao público genérico passivo por repórteres que trabalham para organizações de propriedade privada. Noutras palavras, em lugar de os interesses da mídia dirigirem o sistema de formação de opinião pública, a concepção de Dewey de deliberação democrática dirigirá o sistema de formação de opinião pública. As organizações de mídia de massa desempenharão um papel importante, mas secundário.

O papel de uma elite intelectual formada segundo princípios democráticos

Essencial para o sistema de formação de opinião pública de Dewey é que ele aceita aquilo que Neuman denomina de “paradoxo da política de massa”. O grosso dos cidadãos não está bastante bem informado para concretizar as idéias democráticas. Por detrás desta aceitação, existe uma batalha envolvendo as teorias de dominação da minoria que

pressupõem que uma pequena elite sempre possuirá uma quantidade desmesurada de poder. A batalha é sobre como trabalhar com essa verdade ao mesmo tempo em que se constrói um sistema de formação de opinião pública que aproxime o processo político da realização de idéias democráticas. A resposta à batalha está na reconstrução do funcionamento daquelas elites que atuam no eixo do processo político e dos sistemas de formação de opinião pública. A emergência de um novo público, controlando uma nova tecnologia de comunicações, provocará esta reconstrução. Em vez de um sistema de formação de opinião pública mantido por particulares, no centro do processo político, que opere no interesse das elites políticas e econômicas que não são forçadas a levar em consideração outros bens além daqueles que fomentem seus interesses, deve existir um sistema de formação de opinião pública livre e aberto, no centro do processo, que atue em favor dos que estão aptos a se sobressair como formadores de opinião pública por seu conhecimento especializado, estilo literário, sabedoria, coragem, empatia ou o que seja. Declara Dewey: “Afirma-se que o controle do poder opressivo desta oligarquia (a dos grandes negócios) depende da aristocracia intelectual e não do apelo a uma massa ignorante fútil, cujos interesses são superficiais e triviais e cujos julgamentos só escapam de incrível levandade quando são avaliados com acentuado preconceito” (204). Não há dúvida de que um sistema como esse favoreça uma elite, mas é uma elite alçada ao poder por sua capacidade de contribuir proficuamente para a comunidade através de um procedimento para a criação de inteligência socializada. Dewey não propõe a formação utópica de uma sociedade sem classe ou a aceitação cínica da dominação da elite. Em vez disso, sugere a construção de um sistema de comunicação que possibilite a uma elite democraticamente gerada instaurar controle sobre os representantes eleitos e os interesses privados. Certamente, tal sistema é mais adaptado a uma “Era da Informação” na qual o indivíduo que possua conhecimento e capacidade para utilizá-lo está supostamente em vantagem sobre as velhas

elites políticas e econômicas de uma ordem industrial capazes de se alçarem a uma posição de poder por causa de sua aliança com o sistema de propriedade privada. É esta “elite da informação” flexível que deve, para o seu próprio bem, avaliar o significado das idéias democráticas e, ao fazê-lo, transformar a máquina política de forma a concretizar o mais perfeitamente possível o seu significado.

Um sistema de formação de opinião pública aberto a todos

Finalmente, na formulação de um sistema de formação de opinião pública, Dewey aceita a necessidade salientada por Lippmann e Neuman, entre outros, de um sistema governamental rico em conhecimento especializado, ou em inteligência organizada. Contudo, ele rejeita a idéia de que tal sistema deva estar ligado a um sistema de formação de opinião pública de propriedade privada. Em vez disso, um sistema rico em conhecimento prático, ou inteligência organizada, se tornará mais rico através do engajamento ativo de especialistas no sistema de formação de opinião pública em nível local. Conhecimento separado de sua distribuição no meio de um público aberto não é conhecimento socializado. Dewey escreve: “Nenhum governo de especialistas, no qual as massas não tenham a chance de informar os especialistas sobre suas necessidades, pode ser algo mais que uma oligarquia dirigida no interesse de uns poucos” (207). Além do mais, não é necessário que todos os participantes possuam conhecimento especializado, mas é preciso que todos os cidadãos possuam a oportunidade de julgar as posições postuladas por aqueles que possuem o conhecimento especializado. Dewey afirma: “Não é necessário que a maioria possua o conhecimento e a perícia para prosseguir com as investigações necessárias: o que se requer é que se tenha a capacidade de julgar a carga de conhecimento ofertada por outros com base em interesses comuns” (209). Assim, não é uma questão de elevar as faculdades cognitivas de cada cidadão, individualmente, numa comunidade política, ou de forçar cada cidadão a ser um participante ativo. É, antes, uma questão de elevar “o nível em

que a inteligência de todos opera”. Como conclui Dewey: “A altura deste nível é muito mais importante para o julgamento das questões públicas do que qualquer diferença nos quocientes de inteligência” (211). A função da cidadania nas deliberações públicas comuns na comunidade política emerge, desta forma, como o receptáculo de geração de inteligência socializada, crucial no projeto de auto governo democrático.

Notas: Todas as notas citadas neste artigo estão disponíveis no site: www.aikens.org/phd

Tradução de Paulo Roberto Magalhães
Revista por Maria Beatriz Chagas Lucca



TATUAGEM
DOMÍNIO PÚBLICO